

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA**  
2 **CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA**  
3 **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.** Ao primeiro dia do mês de junho do ano  
4 de dois mil e vinte e um, às quinze horas, reuniu-se virtualmente a Câmara de Administração  
5 do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do  
6 Magnífico Reitor da Universidade, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA  
7 MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite,  
8 Amanda Carvalho Maia, André Martins Biancarelli, Angel Pontin Garcia, Anna Victória dos  
9 Reis, Antônio Gonçalves de Oliveira Filho, Edson Tomaz, Ester de Paula Moraes, Fernando  
10 Antonio Santos Coelho, Fernando Sarti, Francisco Hideo Aoki, Heloise Oliveira Pastore,  
11 Jefferson Cano, José Alexandre Diniz, José Roberto Ribeiro, Léo Pini Magalhães, Márcio  
12 Alberto Torsoni, Maria Luiza Moretti, Matheus da Silva Marcheti Martins, Marisa Masumi  
13 Beppu, Orival Andries Júnior, Osvaldir Pereira Taranto, Pascoal José Giglio Pagliuso, Paulo  
14 Régis Caron Ruffino, Sávio Machado Cavalcante e Silvia Maria Santiago. Esteve presente  
15 também o representante suplente dos diretores Francisco Haiter Neto; os representantes  
16 suplentes dos docentes Antônio Carlos Bannwart e Paulo Cesar Montagner; e a representante  
17 suplente dos diretores de colégios técnicos Vanessa Petrilli Bavaresco. Como convidados  
18 especiais, compareceram os professores: Adriana Nunes Ferreira, Alberto Luiz Francato,  
19 Alberto Luiz Serpa, Ivan Felizardo Contrera Toro, João Marcos Travassos Romano, Luísa  
20 Andréia Gachet, Luiz Carlos Zeferino, Marco Antonio Cataia, Marco Aurélio Zezzi Arruda,  
21 Mirna Lúcia Gigante, Rodrigo Ramos Catharino e Zigomar Menezes de Souza; a doutora Ana  
22 Carolina de Moura Delfim Maciel; a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; e os senhores  
23 Fernandy Ewerardy de Souza, Juliano Henrique Davoli Finelli, Lina Amaral Nakata, Maria  
24 Aparecida Quina de Souza e Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão os  
25 seguintes conselheiros: André Victor Lucci Freitas, sendo substituído pelo conselheiro Orival  
26 Andries Júnior; Samuel Rocha de Oliveira, sendo substituído pela conselheira Marisa Masumi  
27 Beppu; Alexandre Leite Rodrigues de Oliveira, sendo substituído pelo conselheiro Sávio  
28 Machado Cavalcante; e Ignácio Maria Poveda Velasco. Havendo número legal, o MAGNÍFICO  
29 REITOR dá início à Trecentésima Sexagésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara de  
30 Administração, realizada de forma virtual, justificando-se pela necessidade de manter o  
31 isolamento social diante da pandemia de Covid-19. Pede a colaboração de todos para que  
32 durante as falas os microfones estejam silenciados. O uso da palavra pelos titulares se dará por  
33 ordem de inscrição, que se faz por meio do símbolo de uma mão que está à direita da tela, na  
34 plataforma Zoom. Para manifestação, os conselheiros deverão respeitar o limite temporal de  
35 cinco minutos para os temas da Ordem do Dia e de três minutos para o Expediente. A inscrição  
36 para o Expediente está iniciada e se encerrará quando concluírem a aprovação da ata. Submete  
37 à apreciação a Ata da Trecentésima Sexagésima Sexta Sessão Ordinária, realizada em 04 de  
38 maio de 2021. Consulta se há observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que  
39 é aprovada com 03 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 51 itens, perguntando se há  
40 destaques por parte dos conselheiros. O Conselheiro PAULO RÉGIS CARON RUFFINO

1 destaca os itens 15 – Proc. nº 15-P-12002/2021 –, do Hospital de Clínicas; 16 – Proc. nº 15-P-  
2 12508/2021 –, do Hospital de Clínicas; 17 – Proc. nº 15-P-12001/2021 –, do Hospital de  
3 Clínicas; 19 – Proc. nº 15-P-9333/2021 –, do Hospital de Clínicas; 23 – Proc. nº 15-P-7479/2021  
4 –, do Hospital de Clínicas; e 27 – Proc. nº 01-D-11461/2021 –, do Gabinete do Reitor. A  
5 Conselheira MARISA MASUMI BEPPU destaca o item 26 – Proc. nº 01-P-21478/2003 –, do  
6 Centro de Engenharia Biomédica, e o 27, já destacado. O Conselheiro SÁVIO MACHADO  
7 CAVALCANTE destaca o item 49 – Proc. nº 01-P-1345/2021 –, do Gabinete do Reitor. A  
8 Conselheira AMANDA CARVALHO MAIA destaca o item 49 também. Não havendo mais  
9 destaques, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação todos os itens não destacados da Ordem  
10 do Dia, sendo aprovados, por unanimidade, os pareceres que subsidiaram os seguintes  
11 processos: I - A - Alteração Temporária de Regime de Trabalho – Carreira MS – 01) Proc. nº  
12 02-P-30511/2015, de Karina Diniz Oliveira – FCM – Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RDIDP para  
13 RTC – por 02 anos – PP/QD – área de Psicopatologia – Departamento de Psicologia Médica e  
14 Psiquiatria – Aprovação pela Congregação em 26.02.21 – Parecer CPDI-03/21. B - Mudança  
15 de Regime de Trabalho - Carreira MS – 02) Proc. nº 34-P-26899/2007, de Eduardo Candido  
16 Xavier – IC – Prof. Associado – nível MS-5.1 – RDIDP para RTP – PP/QD – Departamento de  
17 Teoria da Computação – Aprovação pela Congregação em 03.03.21 – Parecer-CPDI-01/21. C -  
18 - Descontingenciamento de Vaga e Recursos para Abertura de Concurso Público – Carreira MS  
19 – 03) Proc. nº 29-P-15087/2021, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação –  
20 Descontingenciamento da vaga nº 118 e respectivos recursos e descontingenciamento de  
21 recursos da vaga nº 132 (livre) para realizar a abertura de concurso público para provimento de  
22 02 (dois) cargos de Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP (com opção preferencial para o RDIDP) –  
23 em substituição a docentes desligados em 17.04.20 e 01.08.20 – Aprovação pela Congregação  
24 em 29.03.21 – conforme Parecer CVD-29/21 e Informação PRDU-GQDOC-32/21. D -  
25 Aproveitamento de Processo Seletivo Sumário para Contratação de Docente – nos termos da  
26 Deliberação CAD-A-03/2018 – 04) Proc. nº 12-D-15129/2021, de Colégio Técnico de  
27 Campinas – Aproveitamento de processo seletivo sumário, que tramitou sob nº 12-P-  
28 8751/2020, para contratação emergencial de 01 (um) docente em fila de classificação – nível  
29 inicial da Carreira MST – jornada de 20 horas semanais – Departamento de Alimentos – em  
30 substituição a docente falecido em 03.04.21 – Aprovação pela Congregação em 22.04.21 –  
31 conforme Parecer CVD-30/21 e Informação PRDU-GQDOC-37/21. E - Carreira Paepe – a)  
32 Abertura de Concurso Público – 05) Proc. nº 17-P-8116/2021, do Instituto de Artes –  
33 Descontingenciamento de recursos no valor de R\$3.336,67 para realizar a contratação com  
34 abertura de concurso público de 01 (um) Profissional da Arte, Cultura e Comunicação – perfil  
35 Técnico em Operação de Equip Prod (Televisão e Vídeo) – referência M1-A – jornada de 40  
36 horas semanais – em substituição a servidor desligado em 16.09.16 - conforme Parecer CVND-  
37 54/21. 06) Proc. nº 05-P-5757/2021, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e  
38 Urbanismo – Descontingenciamento de recursos no valor de R\$3.336,67 para realizar a  
39 contratação com abertura de concurso público de 01 (um) Profissional para Assuntos  
40 Universitários – perfil Técnico de Laboratório – referência M1-A – jornada de 40 horas

1 semanais – em substituição a servidor desligado em 24.08.18 – conforme Parecer CVND-53/21.  
2 07) Proc. nº 15-P-8780/2021, do Hospital de Clínicas – Descontingenciamento de recursos no  
3 valor de R\$6.606,32 para realizar a contratação com abertura de concurso público de 01 (um)  
4 Médico Cardiologista – referência S1-B – jornada de 24 horas semanais – em substituição a  
5 servidor desligado em 18.02.21 – conforme Parecer CVND-39/21. 08) Proc. nº 15-P-  
6 10062/2021, do Hospital de Clínicas – Descontingenciamento de recursos no valor de  
7 R\$6.606,32 para realizar a contratação com abertura de concurso público de 01 (um) Médico  
8 Psiquiatra – referência S1-B – jornada de 24 horas semanais – em substituição a servidor  
9 desligado em 01.04.21 – conforme Parecer CVND-40/21. 09) Proc. nº 15-P-8868/2021, do  
10 Hospital de Clínicas – Descontingenciamento de recursos no valor de R\$6.606,32 para realizar  
11 a contratação com abertura de concurso público de 01 (um) Médico Nefrologista – referência  
12 S1-B – jornada de 24 horas semanais – em substituição a servidora desligada em 26.02.21 –  
13 conforme Parecer CVND-41/21. b) Aproveitamento de Candidato de Concurso Público – 10)  
14 Proc. nº 27-P-825/2021, do Hospital da Mulher “Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti” –  
15 Descontingenciamento de recursos no valor de R\$6.291,73 para realizar a contratação com  
16 aproveitamento de concurso público (Edital-101/19) de 01 (um) Profissional da Tecnologia,  
17 Informação e Comunicação – perfil Analista de Desenvolvimento de Sistemas – referência S1-  
18 A – jornada de 40 horas semanais – em substituição a servidor desligado em 04.09.20 –  
19 conforme Parecer CVND-42/21. 11) Proc. nº 01-P-7478/2021, da Diretoria Acadêmica –  
20 Descontingenciamento de recursos no valor de R\$6.291,73 para realizar a contratação com  
21 aproveitamento de concurso público (Edital-101/19) de 01 (um) Profissional da Tecnologia,  
22 Informação e Comunicação – perfil Analista de Desenvolvimento de Sistemas – referência S1-  
23 A – jornada de 40 horas semanais – em substituição a servidor desligado em 14.03.21 –  
24 conforme Parecer CVND-43/21. 12) Proc. nº 01-P-7468/2021, da Diretoria Acadêmica –  
25 Descontingenciamento de recursos no valor de R\$6.291,73 para realizar a contratação com  
26 aproveitamento de concurso público (Edital-101/19) de 01 (um) Profissional da Tecnologia,  
27 Informação e Comunicação – perfil Analista de Desenvolvimento de Sistemas – referência S1-  
28 A – jornada de 40 horas semanais – em substituição a servidor desligado em 17.04.18 –  
29 conforme Parecer CVND-52/21. 13) Proc. nº 01-P-10001/2021, da Diretoria Geral de Recursos  
30 Humanos – Descontingenciamento de recursos no valor de R\$6.291,73 para realizar a  
31 contratação com aproveitamento de concurso público (Edital-101/19) de 01 (um) Profissional  
32 da Tecnologia, Informação e Comunicação – perfil Analista de Desenvolvimento de Sistemas  
33 – referência S1-A – jornada de 40 horas semanais – em substituição a servidor desligado em  
34 29.03.21 – conforme Parecer CVND-44/21. 14) Proc. nº 15-P-5675/2021, do Hospital de  
35 Clínicas – Descontingenciamento de recursos no valor de R\$13.212,64 para realizar a  
36 contratação com aproveitamento de concurso público (Edital-90/19) de 02 (dois) Médicos  
37 Cardiologistas – referência S1-B – jornada de 24 horas semanais – em substituição a servidores  
38 desligados em 01.02.21 e 06.10.18 – conforme Parecer CVND-48/21. 18) Proc. nº 15-P-  
39 10006/2021, do Hospital de Clínicas – Descontingenciamento de recursos no valor de  
40 R\$3.336,67 para realizar a contratação com aproveitamento de concurso público (Edital-69/18)

1 de 01 (um) Profissional para Assuntos Administrativos – perfil Técnico em Administração –  
2 referência M1-A – jornada de 40 horas semanais - em substituição a servidor falecido em  
3 27.02.21 – conforme Parecer CVND-38/21. 19) Proc. nº 15-P-9333/2021, do Hospital de  
4 Clínicas – Descontingenciamento de recursos no valor de R\$6.673,34 para realizar a  
5 contratação com aproveitamento de concurso público (Edital-69/18) de 02 (dois) Profissionais  
6 para Assuntos Administrativos – perfil Técnico em Administração – referência M1-A – jornada  
7 de 40 horas semanais - em substituição a servidoras desligadas em 02.05.19 e 21.10.19 –  
8 conforme Parecer CVND-45/21. 20) Proc. nº 15-P-7088/2021, do Hospital de Clínicas –  
9 Descontingenciamento de recursos no valor de R\$3.336,67 para realizar a contratação com  
10 aproveitamento de concurso público (Edital-69/18) de 01 (um) Profissional para Assuntos  
11 Administrativos – perfil Técnico em Administração – referência M1-A – jornada de 40 horas  
12 semanais - em substituição a servidora desligada em 05.02.21 – conforme Parecer CVND-  
13 47/21. 21) Proc. nº 15-P-8869/2021, do Hospital de Clínicas – Descontingenciamento de  
14 recursos no valor de R\$6.291,73 para realizar a contratação com aproveitamento de concurso  
15 público (Edital-88/19) de 01 (um) Farmacêutico – referência S1-A – jornada de 30 horas  
16 semanais - em substituição a servidora desligada em 17.08.20 – conforme Parecer CVND-  
17 46/21. 22) Proc. nº 08-P-24509/2019, do Instituto de Física “Gleb Wataghin” –  
18 Descontingenciamento de recursos no valor de R\$6.291,73 para realizar a contratação com  
19 aproveitamento de concurso público (Edital-05/21) de 01 (um) Engenheiro – perfil Engenheiro  
20 Civil – referência S1-A – jornada de 40 horas semanais – quando da homologação do concurso  
21 – em substituição a servidor desligado em 31.05.19 – conforme Parecer CVND-234/19. d)  
22 Alteração de Jornada de Trabalho – 24) Proc. nº 01-P-12635/2017, do Centro de Saúde da  
23 Comunidade – Descontingenciamento de recursos no valor de R\$1.572,93 para realizar a  
24 extensão de jornada de trabalho de 24 para 30 horas semanais da servidora Mariana Agostinho  
25 Rodrigues - Cirurgiã Dentista - referência S1-A – em contrapartida da redução de jornada de  
26 trabalho de 30 para 24 horas semanais do servidor Olavo Almeida Brilhante Neto – Cirurgião  
27 Dentista – referência S1-A - conforme Parecer CVND-50/21. 25) Proc. nº 15-P-15610/2012,  
28 do Hospital de Clínicas – Descontingenciamento de recursos no valor de R\$1.734,15 para  
29 realizar a extensão de jornada de trabalho de 24 para 30 horas semanais da servidora Aline  
30 Gonzalez Vigani – Médica Infectologista – referência S1-C – conforme Parecer CVND-51/21.  
31 G - Congregação – nos termos da Resolução GR-91/2020 – Para Homologação – 28) Proc. nº  
32 01-P-332/1986, da Faculdade de Engenharia Agrícola – Eleição da representação discente,  
33 realizada nos dias 19 e 20.04.21 – Homologação pela Congregação em 28.04.21. 29) Proc. nº  
34 34-P-2793/2020, do Instituto de Computação – Eleições da representação docente (níveis e  
35 membros complementários) e da representação dos servidores técnicos- administrativos,  
36 realizadas nos dias 16 a 20.04.21 - Aprovação pela Congregação em 05.05.21. 30) Proc. nº 22-  
37 P-12515/2021, do Instituto de Geociências – Eleições da representação docente (níveis e  
38 bancada geral), da representação discente (graduação e pós-graduação) e da representação dos  
39 servidores técnicos-administrativos, realizadas nos dias 20 a 22.04.21 - Aprovação pela  
40 Congregação em 30.04.21. 31) Proc. nº 10-P-18792/2001, do Instituto de Matemática,

1 Estatística e Computação Científica – Eleição complementar da representação discente,  
2 realizada nos dias 12 a 16.04.21 – Aprovação pela Congregação em 06.05.21. H - Área de  
3 Prestação de Serviços– nos termos da Deliberação Consu-A-56/20 – Para Aprovação – a)  
4 Encerramento – 32) Proc. nº 07-P-6680/2017, do Instituto de Biologia – Encerramento da área  
5 de prestação de serviços “Indústrias Farmacêuticas” – Aprovação pela Congregação em  
6 16.12.20. b) Prestação de Contas – 33) Proc. nº 17-P-5720/2014, do Instituto de Artes -  
7 Prestação de contas da área de prestação de serviços “Laboratório de Acústica e Artes Sonoras”,  
8 relativa ao exercício de 2019 – Aprovação pela Congregação em 25.03.21. 34) Proc. nº 01-P-  
9 2708/1995, do Instituto de Artes - Prestação de contas da área de prestação de serviços “Estúdio  
10 de Multimeios”, relativa ao exercício de 2019 – Aprovação pela Congregação em 25.03.21. 35)  
11 Proc. nº 01-P-2737/1995, do Instituto de Artes - Prestação de contas da área de prestação de  
12 serviços “Laboratório de Danças”, relativa ao período de 26.08.19 a 31.12.19 – Aprovação pela  
13 Congregação em 25.03.21. 36) Proc. nº 07-P-6680/2017, do Instituto de Biologia - Prestações  
14 de contas da área de prestação de serviços “Indústrias Farmacêuticas”, relativas ao exercício de  
15 2019 e ao período de 01.01.20 a 16.12.20 – Aprovações pela Congregação em 16.12.20 e  
16 23.04.21. I - Relatório de Atividades – nos termos da Deliberação Consu-A-12/18 – 37) Proc.  
17 nº 32-P-3734/2018, do Centro de Hematologia e Hemoterapia – Relatório Final de Atividades  
18 do Contrato – Partes: Unicamp/Funcamp e Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico  
19 – Executores: Margareth Castro Ozelo e Sara Teresinha Olalla Saad – Período: junho/2018 a  
20 outubro/2019 – Resumo do Objeto: Fornecimento de hemocomponentes para agência  
21 transfusional tipo I – Parecer: Cacc. J - Convênios, Contratos e Termos Aditivos – nos termos  
22 da Deliberação Consu-A-12/18 – a) A serem celebrados – 38) Proc. nº 02-P-14989/2020, da  
23 Faculdade de Ciências Médicas – Termo Aditivo nº 03 ao Convênio de Cooperação – Partes:  
24 Unicamp e Fundação da Área da Saúde de Campinas – Fascamp – Executores: Luiz Carlos  
25 Zeferino e Claudio Saddy Rodrigues Coy – Recursos: Conforme Cláusula Quarta – Dos  
26 Recursos – Vigência: 60 meses – Resumo do Objeto: Cooperação entre as partes para a gestão  
27 do Programa Policlínica da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, que visa oferecer  
28 assistência, orientação e intervenção profissional por docentes a pacientes particulares e de  
29 convênios, conforme estabelecido no Plano de Trabalho – Parecer: Cacc. 39) Proc. nº 32-P-  
30 6723/2021, do Centro de Hematologia e Hemoterapia – Contrato de Prestação de Serviços –  
31 Partes: Unicamp/Funcamp e Clínica Medimagem ME – Executores: Erich Vinicius de Paula e  
32 Sara Teresinha Olalla Saad – Recursos: Conforme Cláusula Quarta – Do Valor – Vigência: 01  
33 ano, podendo ser prorrogado automaticamente até 05 anos – Resumo do Objeto: Realização de  
34 atendimento transfusional à distância e procedimentos que visem adequar os hemocomponentes  
35 às necessidades específicas de determinados pacientes, mediante solicitação e após avaliação  
36 do médico hemoterapeuta autorizado pelo Hemocentro/Unicamp – Parecer: Cacc. 40) Proc. nº  
37 32-P-6727/2021, do Centro de Hematologia e Hemoterapia – Contrato de Prestação de Serviços  
38 – Partes: Unicamp/Funcamp e Fundação Beneficente de Pedreira – Funbepe - Hospital e  
39 Maternidade Humberto Piva – Executores: Erich Vinicius de Paula e Sara Teresinha Olalla  
40 Saad – Recursos: Conforme Cláusula Quarta – Do Valor – Vigência: 01 ano, podendo ser

1 prorrogado automaticamente até 05 anos – Resumo do Objeto: Realização de atendimento  
2 transfusional à distância e procedimentos que visem adequar os hemocomponentes às  
3 necessidades específicas de determinados pacientes, mediante solicitação e após avaliação do  
4 médico hemoterapeuta autorizado pelo Hemocentro/Unicamp – Parecer: Cacc. 41) Proc. nº 01-  
5 P-5858/2020, da Agência de Inovação da Unicamp – Termo de Aditamento nº 01 ao Contrato  
6 – Partes: Unicamp/Funcamp e Axxus Centro de Estudos e de Pesquisas Eireli – Executores:  
7 Mariana Inglez, Lucas Baldoni e Eduardo G. Amaral –Resumo do Objeto: Isentar o reajuste  
8 anual na Taxa de Ocupação de acordo com a variação do IGPM referente ao ano de 2020, com  
9 incidência no ano de 2021, pelo período de outubro de 2021 até setembro de 2022 – Parecer:  
10 Cacc. 42) Proc. nº 01-P-9661/2020, da Agência de Inovação da Unicamp – Espécie: Termo de  
11 Aditamento nº 01 ao Contrato – Partes: Unicamp/Funcamp e PI Tecnologia S.A. – Executores:  
12 Mariana Inglez, Lucas Baldoni, Gabriele C. Ferreira e Eduardo G. Amaral – Resumo do Objeto:  
13 Isentar o reajuste anual na Taxa de Ocupação de acordo com a variação do IGPM referente ao  
14 ano de 2020, com incidência no ano de 2021, pelo período de novembro de 2021 até outubro  
15 de 2022 – Parecer: Cacc. 43) Proc. nº 01-P-12769/2017, da Agência de Inovação da Unicamp  
16 Espécie: Termo de Aditamento nº 03 ao Contrato – Partes: Unicamp/Funcamp e Dilleta  
17 Aplicativos e Desenvolvimento de Softwares Ltda. – Executor: Eduardo Gurgel do Amaral –  
18 Resumo do Objeto: Isentar o reajuste anual na Taxa de Ocupação de acordo com a variação do  
19 IGPM referente ao ano de 2020, com incidência no ano de 2021, pelo período de outubro de  
20 2021 até setembro de 2022 – Parecer: Cacc. 44) Proc. nº 01-P-11861/2018, da Agência de  
21 Inovação da Unicamp – Termo de Aditamento nº 03 ao Contrato – Partes: Unicamp/Funcamp  
22 e Cogneti-Tec Sistemas Ltda. – Executor: Eduardo Gurgel do Amaral – Resumo do Objeto:  
23 Isentar o reajuste anual na Taxa de Ocupação de acordo com a variação do IGPM referente ao  
24 ano de 2020, com incidência no ano de 2021, pelo período de outubro de 2021 até setembro de  
25 2022 – Parecer: Cacc. 45) Proc. nº 01-P-25618/2019, da Agência de Inovação da Unicamp –  
26 Termo de Aditamento nº 02 ao Contrato – Partes: Unicamp/Funcamp e Iza Tecnologia e  
27 Desenvolvimento de Software Ltda. – Executor: Newton Cesário Frateschi – Resumo do  
28 Objeto: Isentar o reajuste anual na Taxa de Ocupação de acordo com a variação do IGPM  
29 referente ao ano de 2020, com incidência no ano de 2021, pelo período de novembro de 2021  
30 até outubro de 2022 – Parecer: Cacc. 46) Proc. nº 01-P-6293/2021, da Agência de Inovação da  
31 Unicamp – Contrato de Licenciamento de Uso de Programa de Computador – Partes: Unicamp  
32 e EBSEH – Complexo Hospitalar do Pará – Executor: José Wilson Magalhães Bassani –  
33 Vigência: 05 anos – Resumo do Objeto: Formalização da Licença de Uso de Programa de  
34 Computador, não exclusiva da licenciante para a licenciada, bem como o estabelecimento das  
35 condições para a implantação do programa de computador “GETS – Gerenciamento de  
36 Tecnologia para Saúde”, registrado junto ao INPI em 05.03.13 – Parecer: Cacc. 47) Proc. nº  
37 01-P-6306/2021, da Agência de Inovação da Unicamp – Contrato de Licenciamento de Uso de  
38 Programa de Computador – Partes: Unicamp e EBSEH – Complexo Hospitalar do Paraná –  
39 Executor: José Wilson Magalhães Bassani – Vigência: 05 anos – Resumo do Objeto:  
40 Formalização da licença de uso de programa de computador, não exclusiva da licenciante para

1 a licenciada, bem como o estabelecimento das condições para a implantação do programa de  
2 computador “GETS – Gerenciamento de Tecnologia para Saúde”, registrado junto ao INPI em  
3 05.03.13 – Parecer: Cacc. 48) Proc. nº 01-P-6322/2021, da Agência de Inovação da Unicamp –  
4 Contrato de Licenciamento de Uso de Programa de Computador – Partes: Unicamp e EBSEH  
5 – Complexo Hospitalar do Ceará – Executor: José Wilson Magalhães Bassani – Vigência: 05  
6 anos – Resumo do Objeto: Formalização da licença de uso de programa de computador, não  
7 exclusiva da licenciante para a licenciada, bem como o estabelecimento das condições para a  
8 implantação do programa de computador “GETS – Gerenciamento de Tecnologia para Saúde”,  
9 registrado junto ao INPI em 05.03.13 – Parecer: Cacc. 50) Proc. nº 15-P-11431/2020, do  
10 Hospital de Clínicas – Convênio nº 47/2021 – Partes: Unicamp e Estado de São Paulo, por  
11 intermédio da Secretaria de Estado da Saúde – Executores: Antonio G. Oliveira Filho, Plínio  
12 Trabasso e Rodrigo B. de Oliveira – Data de Assinatura: 20.04.21 – Vigência: 31.12.21 –  
13 Recursos: R\$200.000,00 – Resumo do Objeto: Transferência de recursos financeiros para  
14 ocorrer despesas com Custeio – Material de Consumo (enxoval hospitalar), conforme Plano de  
15 Trabalho – Parecer: Cacc. 51) Proc. nº 32-P-3734/2018, do Centro de Hematologia e  
16 Hemoterapia – Distrato ao Contrato de Prestação de Serviços – Partes: Unicamp/Funcamp e  
17 Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico – Executores: Margareth Castro Ozelo e  
18 Sara Teresinha Olalla Saad – Data de Assinatura: 09.09.19 – Resumo do Objeto: Rescindir a  
19 partir de 01.11.19 o Contrato de Prestação de Serviços, firmado em 15.06.18, que objetivou  
20 fornecimento de hemocomponentes – Parecer: Cacc. O MAGNÍFICO REITOR passa aos itens:  
21 15) Proc. nº 15-P-12002/2021, do Hospital de Clínicas, que trata do descontingenciamento de  
22 recursos no valor de R\$15.780,96 para realizar a contratação com aproveitamento de concurso  
23 público (Edital-02/20) de dois Plantonistas/Médicos em Medicina Intensiva, módulo I-A, carga  
24 horária mínima de 72 horas, em substituição a servidores desligados em 14.06.16 e 21.02.17;  
25 16) Proc. nº 15-P-12508/2021, do Hospital de Clínicas, que trata de descontingenciamento de  
26 recursos no valor de R\$8.548,02 para realizar a contratação com aproveitamento de concurso  
27 público (Edital-04/20) de um Plantonista/Médico Clínico Geral, módulo I-A, carga horária  
28 mínima de 78 horas, em substituição a servidor desligado em 02.01.19; 17) Proc. nº 15-P-  
29 12001/2021, do Hospital de Clínicas, que trata do descontingenciamento de recursos no valor  
30 de R\$8.548,02 para realizar a contratação com aproveitamento de concurso público (Edital-  
31 04/20) de um Plantonista/Médico Clínico Geral, módulo I-A, carga horária mínima de 78 horas,  
32 em substituição a servidora desligada em 16.03.16, com Parecer CVND-58/21 que esclarece  
33 que a segunda contratação solicitada não poderá ser atendida, pois a vaga indicada (434) já está  
34 sendo utilizada na solicitação nº 102; 19) Proc. nº 15-P-9333/2021, do Hospital de Clínicas, que  
35 trata do descontingenciamento de recursos no valor de R\$6.673,34 para realizar a contratação  
36 com aproveitamento de concurso público (Edital-69/18) de dois Profissionais para Assuntos  
37 Administrativos, perfil Técnico em Administração, referência M1-A, jornada de 40 horas  
38 semanais, em substituição a servidoras desligadas em 02.05.19 e 21.10.19; 23) Proc. nº 15-P-  
39 7479/2021, do Hospital de Clínicas, que trata do descontingenciamento de recursos no valor de  
40 R\$3.336,67 para realizar a contratação com abertura de processo seletivo público temporário

1 de um Técnico de Enfermagem, referência M1-A, jornada de 30 horas semanais – tendo em  
2 vista a existência de recursos no quadro de vagas do HC, oriundos do desligamento de servidora  
3 em 04.09.13, conforme Parecer CVND-49/21, que determina que sejam reservados a vaga e os  
4 recursos correspondentes à contratação e que sejam feitas as devidas anotações no quadro de  
5 vagas. Os assuntos foram destacados em bloco pelo professor Paulo Ruffino. O Conselheiro  
6 PAULO RÉGIS CARON RUFFINO diz que os itens tratam de contratações para o HC, todos  
7 eles com uma ação bastante semelhante. Fez parte da CVND, por onde passaram anteriormente  
8 esses processos, e lá já havia feito um comentário de que cairia bem melhorarem a justificativa  
9 dessas contratações. São descontingenciamentos que foram feitos de demissões ocorridas em  
10 2016, 2017, 2019, inclusive o item 23 foi feito em 2013, portanto são coisas bastante antigas.  
11 Chamou a atenção no sentido de que tenham uma guia, normas, ou alguma coisa que garanta  
12 igualdade, uniformidade, transparência para todas as unidades, dado que possuem uma nova  
13 situação financeira se configurando pela frente, então para a gente ter uniformidade nesses  
14 descontingenciamentos. Entende que a pandemia é um fator extremamente importante, mas o  
15 incomoda o fato de ela não ser citada. As justificativas que aparecem nesses cinco itens são:  
16 “grande demanda”, “em razão de grande demanda”, então querem evitar prejuízos à assistência.  
17 Outros dois dizem: “minimizar o impacto do quadro de pessoal defasado”. Elas, sozinhas,  
18 poderiam justificar talvez centenas de outros descontingenciamentos, então fica uma  
19 justificativa muito fraca, que abre espaço para pensarem que, antes de aprovar isso, deveriam  
20 ter uma orientação sobre o que vão ou não descontingenciar, critérios para fazer isso. Propõe  
21 que os itens sejam encaminhados para votação adicionando “agravadas pela pandemia”. É para  
22 salientar que em razão da pandemia isso se justifica, porque não fosse a pandemia, sugeriria  
23 voltar atrás e primeiro terem um critério amplo, global, para toda a Universidade. A Conselheira  
24 MARIA LUIZA MORETTI agradece ao professor Paulo pelas considerações; acha que os seus  
25 comentários são pertinentes, e a Mesa concorda em acrescentar “agravados pela pandemia”.  
26 Um ponto importante que salienta nesses três pedidos é que se trata de plantonistas médicos em  
27 medicina intensiva, no item 15; depois são plantonistas médicos em clínica geral; e no item 17,  
28 plantonista clínico geral. A demanda é grande e o desligamento é muito frequente, porque o  
29 valor de plantão que a Unicamp tem pago para os médicos tem sido abaixo do mercado,  
30 principalmente em unidade de terapia intensiva e em plantão de pronto socorro, e isso faz com  
31 que haja muitos pedidos de demissão. Talvez possa parecer que estejam sugerindo muitas  
32 contratações, mas são vagas que não conseguem preencher, o servidor desiste do plantão, então  
33 precisam fazer novamente abertura para nova contratação, devido principalmente ao valor de  
34 pagamento. Nessa época da pandemia, e por isso acrescentaria “agravado pela pandemia”, a  
35 demanda para médico plantonista e para médico intensivista é muito grande. Se possuem na  
36 cidade de Campinas 80% dos leitos ocupados na medicina intensiva, a busca desses  
37 profissionais se torna bastante disputada, e eles vão trabalhar onde eles têm melhores salários.  
38 O Conselheiro ANTÔNIO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO diz que esse problema, que  
39 já vem de antes no HC, se agravou imensamente com a pandemia, então concorda plenamente  
40 com a sugestão do professor Paulo, pois dá um peso maior para justificar essas demandas, em

1 razão do grave problema que enfrentam. O mercado tem uma necessidade grande de  
2 profissionais com experiência em terapia intensiva, experiência em pronto socorro, que são  
3 duas áreas muito críticas aqui na Unicamp para enfrentar a pandemia. Além de toda a demanda  
4 de Covid, estão sendo assolados por uma quantidade infundável de pacientes infartados,  
5 politraumatizados, com AVC, uma quantidade enorme de pessoas que não estão com Covid,  
6 mas que estão sendo encaminhadas para cá como vaga zero. Hoje mesmo, há cerca de uma  
7 hora, tiveram de colocar paciente adulto no pronto socorro da pediatria, porque não tinha mais  
8 lugar, não tinha bico de oxigênio. As UTIs estão com média de ocupação de 97% a 100%, e na  
9 enfermaria estão com praticamente os 72 leitos ocupados. Isso é para dar um panorama da  
10 pandemia agora, que é a terceira onda, que havia sido prevista e que aqui já chegou bastante  
11 forte. Hoje teve uma reunião com o diretor da UTI, que estava extremamente nervoso, porque  
12 pessoas que são contratadas às vezes há décadas, ou eventualmente há um ou dois anos, estão  
13 pedindo demissão, e o pessoal está implorando para eles não saírem. O valor do pagamento  
14 feito aqui sempre foi aceito porque é um plantão que tem muitas especialidades, o pessoal se  
15 ajuda bastante, mas com a pandemia, todos os casos muito graves estão vindo para cá. Na UTI  
16 daqui, assim como em outros hospitais universitários, o quadro de complexidade é muito alto,  
17 e com isso o pessoal ganha, em média, de 70% a 80% mais fora do que aqui, em alguns lugares  
18 até o dobro do que eles ganham aqui, em termos de plantão líquido. Então eles estão pedindo  
19 demissão para ir trabalhar fora, o que tem gerado um grande problema para cobrirem as escalas.  
20 Recebeu uma carta com a solicitação de mais dez profissionais; contrataram uma firma que  
21 fornece pessoal médico, algo que já havia sido acertado antigamente, para cobrir essas escalas.  
22 Então a pandemia realmente piorou muito a situação, está sendo bastante difícil, e agradece a  
23 compreensão e a sugestão do professor Paulo, com a qual concorda. Observa que os pacientes  
24 estão mais jovens e estão ficando mais tempo internados, e isso gera também mais problema de  
25 leitos. Inclusive hoje estão tomando uma medida de suspender novamente as internações  
26 eletivas. O Conselheiro PAULO RÉGIS CARON RUFFINO diz que cada vez que possuem  
27 uma oportunidade, devem agradecer muito ao HC pelo trabalho, que é um orgulho não só da  
28 comunidade da Unicamp, mas de Campinas, da região toda. Não havendo mais observações, o  
29 MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, contemplando o acréscimo sugerido pelo  
30 professor Paulo Ruffino, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 26 – Proc. nº 01-P-  
31 21478/2003 –, que trata da revisão da certificação e organograma do Centro de Engenharia  
32 Biomédica. Destaque da professora Marisa. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU  
33 pergunta ao professor Paulo Ruffino, que destacou também o item 27, se ela poderia comentar  
34 também o 27 em bloco com o 26, porque o destaque que faz no item 26 tem a ver com o 27,  
35 com o que o professor Paulo Ruffino concorda, assim como o Magnífico Reitor. O Conselheiro  
36 LÉO PINI MAGALHÃES diz que iria destacar também o item 27, e tem algumas observações  
37 a fazer. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que, ainda que o documento exarado  
38 de encaminhamento da PRDU acerca dos dois assuntos seja parecido, as realidades dos dois  
39 assuntos são muito diferentes. Na certificação do CEB, consta que se trata apenas de uma  
40 questão de ajuste de nomenclatura, e de fato há no organograma um ajuste realizado no dia

1 04.07.2020, quando foi republicada conforme nova nomenclatura. E agora eles fazem algumas  
2 alterações que, pelo que pôde constatar, são de nomes dos locais. Por exemplo, um setor  
3 específico de Laboratório de Reabilitação Sensorial Motora se tornou Laboratório de Pesquisa  
4 em Neuroengenharia. Entende que se fossem ter um documento “de/para” as GRs que estão  
5 envolvidas na certificação do CEB, há um incremento zero em relação ao que havia sido  
6 aprovado pela última vez na CAD. Já no item 27, ainda que existam algumas falas específicas,  
7 é importante que esclareçam alguns pontos. Acha que existe um equívoco no encaminhamento  
8 da documentação do item 27, pois a documentação que foi à CVND, que originou  
9 especificamente o pleito, menciona ajuste de nomenclatura, mas não se trata de ajuste de  
10 nomenclatura. O que se coloca como uma alegação, ou o que justificaria dizer que não existe  
11 um incremento de despesa é um equívoco, de certa forma, porque pressupõe que a Deliberação  
12 Consu-A-016/2019 já faz com que aquela tabela de GRs esteja no orçamento. Não é bem assim.  
13 O fato de ter sido aprovada aquela deliberação com os valores e o quantitativo das GRs prevê  
14 que aquelas GRs possam ser aplicadas nas recertificações. É como se fosse uma lei de cargos  
15 local, que não necessariamente induz à orçamentação, mas que informa que aquilo existe e pode  
16 ser ocupado ou não. E o que define se pode ser ocupado ou não são as certificações. No fluxo  
17 normal de aprovação de uma certificação, o órgão de origem normalmente justifica a alteração  
18 de uma GR para outra, ou então justifica os trabalhos, a complexidade, a aplicação dessas GRs,  
19 e usualmente o comitê *ad hoc* da PRDU vai analisar esse pleito, a pertinência da aplicação  
20 dessas GRs. É feito dessa forma para garantir a impessoalidade dos processos, já que desde o  
21 Gabinete do Reitor até o menor órgão da Universidade se submete a esse mesmo rito, para dar  
22 exatamente essa questão da homogeneidade de critérios. Existe um incremento de despesa, e  
23 pelos seus cálculos são cinco GRs de assessor de gabinete, que entram no lugar de uma,  
24 especificamente de assistente técnico, e os outros assistentes técnicos continuam, tanto que na  
25 tabela do que está agora nomeado, no S-Integra, consta a designação de quatro assistentes  
26 técnicos no GR. Então, deveriam tomar bastante cuidado, porque de certa maneira não há nem  
27 análise do comitê *ad hoc* sobre a pertinência da aplicação das GRs, nem a famosa tabela  
28 “de/para” para saber da última certificação que foi aprovada na CAD em relação a essa nova,  
29 qual é o incremento. Até imagina que parte dos membros da CVND tenha sido induzida a uma  
30 determinada interpretação de que não haveria eventualmente incremento de despesas, sob  
31 alegação de que a tabela de GRs havia sido aprovada em 2019. Se isso fosse verdade, todas as  
32 unidades de ensino e pesquisa que pleiteavam manter uma certa supervisão, um certo cargo,  
33 poderiam alegar que não haveria aumento de despesa porque também já está aprovado o  
34 quantitativo na deliberação Consu. A falta de alguns documentos, como, por exemplo, essa  
35 análise do “de/para”, análise específica da comparação entre os dois organogramas e análise da  
36 aplicação dessas GRs, dificulta que a CAD realize uma boa interpretação, uma boa avaliação  
37 do que é essa certificação. Não há problema nenhum que a nova gestão queira revisar um  
38 determinado órgão, só que existe um processo específico a ser seguido, que faz parte do  
39 processo para todos os órgãos na Universidade. Tanto que a questão de assistente técnico ou de  
40 assessor de gabinete não é só questão de nomenclatura, eles são diferentes em termos do

1 trabalho, não é só o valor especificamente que é levado em conta. Um assessor de gabinete  
2 ajuda no assessoramento e gerenciamento de projetos específicos, ele pertence ao Grupo 7, que  
3 é uma GR maior do que o antigo ATU, que é maior do que o atual CTU. Possuem a dimensão  
4 do que é a complexidade, a responsabilidade no trabalho de um ATU, então podem imaginar  
5 que tipo de assessoria é. E o AT é o Grupo 9 atualmente, com a função de assistir tecnicamente  
6 aquele órgão, fazer documentos, tramitar documentos, portanto é um trabalho com natureza  
7 muito diferente. Vê que a justificativa colocada não atende à análise específica que tem de  
8 acontecer. Entende que o item 26 não deve sofrer alteração, mas no caso do item 27 há uma  
9 alteração de despesas e no quantitativo, e isso não é explicitado. No seu cálculo, dá uma  
10 alteração que corresponderia a quase 17 promoções docentes, por exemplo. Sente falta dessa  
11 documentação, e ressalta que não é a questão de julgar se pode ou não; o que ocorre é que a  
12 documentação que vem junto para análise não é aquela que estavam habituados a ter. Nesse  
13 sentido, propõe, sem prejuízo das discussões que os outros colegas gostaria de fazer, a retirada  
14 de pauta desses dois itens para que venham instruídos com uma tabela “de/para”, como de fato  
15 se altera, o incremento de despesas e análise do comitê *ad hoc* sobre a pertinência da aplicação  
16 dessas GRs, porque a mera colocação de que ela consta na Deliberação Consu A-016/2019 não  
17 significa que ela esteja orçamentada. Como já mencionou, se isso de fato acontecer abre um  
18 precedente, mais do que justo, para toda unidade colocar também que então já está previsto,  
19 portanto gostaria de manter esta ou outra GR. O Conselheiro PAULO RÉGIS CARON  
20 RUFFINO diz que não havia se atentado que o item 26 traz um problema que é exatamente o  
21 mesmo do item 27. Participou da reunião da CVND em que esses itens tramitaram, e fez na  
22 ocasião uma série de questionamentos. Uma de suas críticas foi que a documentação que chegou  
23 para os membros, como pauta suplementar, foi encaminhada após as 18 horas da véspera de  
24 uma reunião que aconteceu às 10h da manhã do dia seguinte, portanto sem tempo de analisarem  
25 com profundidade essas questões que de fato merecem ser analisadas um pouco mais devagar.  
26 Muitas pessoas da atual gestão da Reitoria talvez não tenham acompanhado o enorme esforço  
27 que fizeram na gestão passada, tanto por parte da Reitoria, PRDU, os diretores, coordenadores,  
28 dirigentes, durante a crise financeira. Foi feito como se fosse um grande acordo de abrir mão  
29 de GRs e de outros gastos em nome do coletivo. Foi algo difícil, mas necessário, e o mais  
30 importante é que os critérios foram muito claros, uniformes, iguais para todos, inclusive para o  
31 Gabinete, que na época deu exemplo de cortar na própria carne, para que conseguissem fazer  
32 essa recertificação, diminuir gratificação, gasto etc. Por exemplo, no Imecc há dois programas  
33 de pós-graduação sem gratificação, um deles talvez seja o programa de pós-graduação que mais  
34 tem impacto social, é um mestrado profissional de reciclagem de professores da rede pública.  
35 Se não é o de maior impacto, é um dos de maior impacto social. Estão também sem GR para o  
36 coordenador de extensão e para coordenação de pesquisa. Portanto, em nome de um tratamento  
37 uniforme, transparente, deveria ser solicitada uma recertificação para todos à luz das novas  
38 condições financeiras, pois se é para um, é para todos. Ou pelo menos uma consulta aos órgãos  
39 que mais precisam; pergunta se neste momento é o Gabinete que mais precisa. Além disso,  
40 observa que essas certificações servem para dar estabilidade aos órgãos, e não para serem

1 revisadas por questões contingenciais, por isso demandam tanto estudo, comissões *ad hoc*,  
2 critérios uniformes na Universidade e outras regras que a professora Marisa colocou. Pede  
3 desculpas, mas acha que não se sustenta o argumento de que está em início de gestão da Reitoria  
4 e por isso haveria essa necessidade. A atual gestão da Reitoria está encontrando o que já era  
5 esperado; os diretores e gestores sofreram uma situação muito pior, que foi o corte de GR no  
6 meio dos mandatos, algo muito mais grave. Outro ponto é que as atividades-fins na  
7 Universidade são as mais importantes, sem desmerecer o Gabinete, a importância que ele tem,  
8 mas não cabe aqui o argumento de autoridade, como foi aventado em outro colegiado, que o  
9 Gabinete é um órgão ainda mais importante que as GRs que ele já tem. A sua preocupação é  
10 que isso desequilibra as prioridades; reforça que coordenadores de pós-graduação, pesquisa e  
11 extensão espalhados por todo o *campus* não estão recebendo GR. Precisam pensar o que estão  
12 querendo aqui com GRs, sendo que pessoas com esse perfil estão fazendo por amor à causa,  
13 gratuitamente, sem nenhuma GR. Outro argumento, em outras palavras fazendo referência ao  
14 que a professora Marisa disse, é de que é custo zero. O custo zero é uma narrativa processual,  
15 quer dizer, do ponto de vista formal dos contratos, mas sabem que o dinheiro vai sair do cofre  
16 da Unicamp. Outro ponto é que não acha correto centralizar e concentrar salários mais do que  
17 o necessário; o que se precisa é contribuir com a redistribuição do poder aquisitivo geral de  
18 todos os servidores. Por exemplo, pergunta por que não utilizar esse recurso para aumentar o  
19 valor do cartão de vale-alimentação para servidores não docentes. Seria uma forma bastante  
20 interessante de redistribuir esse poder de compra, já que inclusive não estão podendo ter reajuste  
21 salarial. Também observa que o valor da gratificação proposta aqui no caso do Gabinete se  
22 iguala à gratificação de diretores associados, o que considera muito preocupante. Os diretores  
23 associados estão muito mais expostos, administrativa e juridicamente, do que servidores não  
24 docentes que são assessores. No seu ponto de vista, está errada essa priorização. E, finalmente,  
25 pede perdão pela franqueza, mas é uma questão sobre a qual não deseja se calar, porque é uma  
26 inquietação de uma parte muito grande da comunidade da Unicamp: o gabinete designou GR  
27 para um servidor com problemas de desvio de dinheiro público e que ainda responde, *sub*  
28 *judice*, ao Ministério Público. Isso dificulta a defesa da universidade pública no que tange aos  
29 compromissos estritamente acadêmicos frente à opinião pública, frente a essa solicitação de  
30 ainda mais GRs. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES observa, sobre o item 26, que a  
31 informação da PRDU, e que foi depois analisada pela CVND, menciona explicitamente que:  
32 “uma vez que as adequações propostas pelo CEB não geram custos ao quadro de designações  
33 da Universidade, e constitui tão somente uma melhor configuração das áreas etc.” Não teve  
34 oportunidade de ler todo o processo, mas se opõe à retirada de pauta proposta pela professora  
35 Marisa, pois entende que ele é completamente diferente do item 27, além do que estariam  
36 votando exatamente com base nessa informação. Se for detectado que essa informação não é  
37 correta, tudo retorna para ser reestudado. Está entendendo que não há gratificações novas,  
38 apenas renomeação. Solicita que as votações dos itens 26 e 27 sejam feitas separadamente. O  
39 MAGNÍFICO REITOR pergunta à professora Marisa se a sugestão dela foi retirar de pauta os  
40 dois itens ou somente o 27. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU responde que

1 inicialmente sugeriu que fossem os dois, ainda que no primeiro caso pareça realmente que é  
2 adequação de nomenclatura. No segundo caso, existe uma natureza diferente, colocada em cima  
3 de uma argumentação um tanto equivocada, e nesse sentido acolhe a votação separada. Pode  
4 até cancelar seu pedido de retirada de pauta do item 26, não tem problema em relação a isso, só  
5 deseja dar um tratamento equânime aqui, pois analisou tudo e essa documentação faz falta nos  
6 dois casos. A Conselheira HELOISE OLIVEIRA PASTORE concorda com a professora  
7 Marisa. Acha que precisam se habituar aos tratamentos equânimes dos processos que são de  
8 mesma natureza. Gostaria, se os colegas não se opuserem, de manter os dois itens ainda juntos  
9 por um certo tempo, até que entendam exatamente como vão proceder daqui para frente. O  
10 MAGNÍFICO REITOR diz que vai manter a discussão dos dois itens juntos. O Conselheiro  
11 LÉO PINI MAGALHÃES solicita que o senhor Reitor submeta ao Plenário se devem votar os  
12 dois juntos ou separados, pois acha que são dois assuntos completamente diferentes. Tem uma  
13 série de observações a fazer sobre o item 27, que estudou detalhadamente; o item 26 olhou  
14 rapidamente, porque não encontrou nada de diferente, e está confiando no trabalho da CVND.  
15 Então, como cada item foi apresentado separadamente, gostaria que analisasse na ordem,  
16 primeiro o 26 e depois o 27, acabando um por vez. Se for para misturar os dois, devem votar se  
17 devem misturar ou não. É o procedimento correto, na sua visão. A Conselheira HELOISE  
18 OLIVEIRA PASTORE diz que podem discuti-los conjuntamente, porque eles têm aspectos em  
19 comum, mas podem votá-los separadamente. A Doutora ANA CAROLINA DE MOURA  
20 DELFIM MACIEL concorda com o professor Léo sobre a dificuldade de juntar esses dois itens,  
21 que são bastante distintos. No caso do CEB, é uma readequação, sem nenhum custo adicional,  
22 sem mudar a certificação, são as mesmas vagas da certificação de 2015, ou seja, trata-se de uma  
23 alteração para ficar compatível com as atividades atuais. Não implica novas gratificações. O  
24 MAGNÍFICO REITOR diz que tentou conduzir para as pessoas chegarem a um acordo, mas  
25 sua decisão é de fechar o 26 e depois abrir o 27. Pergunta se alguém mais quer fazer comentários  
26 especificamente sobre o item 26. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que fica, de  
27 certa forma, satisfeita com a colocação da doutora Ana Carolina, ainda chamando atenção que  
28 deveriam ter a documentação pertinente que explicitasse o que tanto ela quanto o ofício da  
29 PRDU colocam. Entende que as argumentações colocadas no item 26 realmente são  
30 procedentes, o que diverge do caso do 27. Então, nesse sentido, não tem problema nenhum em  
31 votarem diretamente, sem a retirada de pauta. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO  
32 REITOR submete à votação o item 26, que é aprovado com 21 votos favoráveis e 04 abstenções.  
33 Passa à discussão do item 27 – Proc. nº 01-D-11461/2021 –, que trata da revisão da certificação  
34 e organograma do Gabinete do Reitor, esclarecendo, conforme informação que recebeu da  
35 Secretaria Geral, que a documentação incluída na pauta é a usual, é o padrão que se usou em  
36 todas as CADs anteriores, não é uma decisão específica deste caso. A Conselheira HELOISE  
37 OLIVEIRA PASTORE diz que a PRDU tem uma comissão *ad hoc* para examinar todas as  
38 modificações de GR, fazer todas as avaliações necessárias, e gostaria que fosse enfatizada a  
39 atividade dessa comissão, porque ela olha toda a Universidade de uma só vez. Essa é a forma  
40 mais segura que possuem para poder garantir que as GRs sejam examinadas sob o mesmo

1 prisma, pelas mesmas pessoas, seguindo os mesmos parâmetros já delineados na deliberação  
2 de 2019. Solicita que isso seja muito reforçado por esta gestão, pois é uma maneira de terem  
3 segurança. O segundo ponto é que em sendo uma homologação o que consta na pauta, é  
4 provável que essas pessoas já estejam trabalhando em seus postos. Portanto, a retirada de pauta  
5 não atrapalharia a tomada de posse dessas pessoas. Em um mês, a comissão *ad hoc* faria as  
6 avaliações dos perfis e das modificações que estão propostas. Solicita, portanto, a retirada de  
7 pauta deste item, o que seria muito importante para garantir a segurança. O Conselheiro LÉO  
8 PINI MAGALHÃES consulta a Secretaria Geral se o pedido de retirada de pauta tem prioridade  
9 em relação à discussão. Se não tiver, fará agora sua argumentação sobre o assunto. O  
10 MAGNÍFICO REITOR defende a manutenção na pauta. O que aconteceu no Gabinete do  
11 Reitor, e já explicou isso algumas vezes, é a inexistência de assessores de gabinete. Essa é a  
12 situação da certificação que estava em vigência antes da sugerida por esta gestão, e que foi  
13 aprovada por ele, solicitando o *ad referendum* desta câmara. Os gastos envolvidos mantêm o  
14 mesmo nível até o dia 19 de abril de 2021, e isso será demonstrado, com a apresentação da  
15 tabela solicitada, se a continuidade da discussão for possível. A Reitoria anterior não aplicou a  
16 própria certificação que ela aprovou, ela esperou para que isso fosse aplicado, que o corte  
17 atingisse a nova Reitoria. Para isso ser demonstrado, solicita aos conselheiros que mantenham  
18 esse item na pauta da atual CAD. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR  
19 submete à votação a retirada de pauta, que é rejeitada com 15 votos contrários, 06 favoráveis e  
20 04 abstenções. Portanto, continuarão a discutir o item. O Conselheiro LÉO PINI  
21 MAGALHÃES diz que foi em busca do organograma aprovado há mais ou menos um ano, e  
22 nota, comparando os dois organogramas, que há a figura do Reitor, depois tem a Secretaria,  
23 com dois assistentes técnicos, o que foi mantido; tem assessoria docente, com dois assessores  
24 docentes, o que foi mantido; depois tem o Cerimonial, com um assistente técnico, o que foi  
25 mantido; e depois a assessoria técnica, que era composta por um assistente técnico, que foi  
26 substituído por três assessores de gabinete. Então tirou um assistente técnico, colocou três  
27 assessores de gabinete, nesta caixa que já existia. A próxima caixa se chama “chefia de  
28 gabinete”, e tem o chefe de gabinete, o chefe de gabinete adjunto, depois tem uma caixa que se  
29 chama “gestão da informação e comunicação”, que tem um assistente técnico, que foi mantido.  
30 Depois há uma outra caixa chamada “secretaria de gabinete”, que tem dois assistentes técnicos,  
31 que foram mantidos, e foi incluída uma nova caixa com três assistentes de gabinete. Em seguida,  
32 continua a ter o apoio técnico administrativo, que tem um técnico e um assistente técnico;  
33 embaixo tem um supervisor de sessão, nada disso foi alterado, e depois a descrição da parte  
34 operacional, transporte, RH, expediente, patrimônio, financeiro do Gabinete. Para o outro lado,  
35 há as pró-reitorias, que não estão detalhadas aqui, as diretorias executivas, que também não  
36 estão detalhadas e não estão discutindo, e há os órgãos subordinados com estrutura própria e os  
37 GTs e assessorias, que também não estão sendo discutidos. Resumindo, o organograma atual,  
38 a que o Magnífico Reitor se referiu, ainda válido hoje, previa oito assistentes técnicos. O novo  
39 organograma prevê sete assistentes técnicos e seis assessores de gabinete, então havia oito  
40 pessoas como assistentes, agora são 13; as oito iniciais eram assistentes técnicos e as treze atuais

1 são sete assistentes técnicos e seis assessores de gabinete. Então isso é o que pode ser alocado  
2 no Gabinete do Reitor; podem ser alocadas menos pessoas do que essas, não podem ser mais.  
3 Solicita esclarecimento sobre a necessidade teórica, pois estão falando aqui de conceitos, não  
4 está dizendo do que existe enquanto pessoas trabalhando, mas o conceito apresentado aumentou  
5 a necessidade de assessoria de oito para 13, sendo que os oito que existiam eram do Grupo 7, e  
6 a nova assessoria tem assistentes técnicos, do Grupo 7, e tem seis assessores do Grupo 9, que  
7 são os assistentes de gabinete. Assistentes de gabinete e assessores não podem ter subordinados,  
8 eles se subordinam a alguém, eles não exercem chefias, salvo melhor juízo, pelo menos foi o  
9 que entendeu. Então, tem expectativa de ser elucidado, do ponto de vista conceitual; o que vai  
10 se efetivar, o que está se efetivando ou já se efetivou, em função de pessoas que já foram  
11 convidadas para o trabalho, pode ser um subconjunto desse conjunto total. O MAGNÍFICO  
12 REITOR diz que antes de passar a palavra para o próximo inscrito, esclarece que levantaram  
13 todas as revisões de certificação que entraram nas pautas da CAD de 2019 e 2020, e em  
14 nenhuma delas está incluído o parecer *ad hoc*. Na sessão de 06 de abril de 2021, foi decidido  
15 na CAD que uma das assessorias de gabinete, lembrando que o Gabinete do Reitor é o único  
16 lugar que não tem essas assessorias, foi transferida para o diretor associado da Inova. Nessa  
17 decisão, não houve sequer consulta ao comitê *ad hoc*, então esclarece que algumas decisões  
18 foram tomadas de forma diferente da solicitada por alguns conselheiros no passado, dois anos  
19 atrás, e em um passado bastante recente. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que solicitou  
20 um levantamento à área de certificação da PRDU, e fará uma apresentação desses números.  
21 Agradece aos professores Léo, Heloíse e Marisa, que trouxeram temas absolutamente  
22 relevantes para a discussão. Em relação ao tratamento equânime, observa que é exatamente isso  
23 que estão solicitando: o acesso à complexidade da assessoria e a respectiva gratificação que era  
24 concedida à gestão anterior, que seja concedida exatamente na mesma dimensão para esta  
25 gestão. Portanto, estão dizendo sim que o tratamento é equânime. Este é um ponto ao qual  
26 voltará. Agradece à professora Marisa pela explicação, ela que já esteve na sua posição, sabe  
27 da importância da PRDU, participou ativamente do processo de certificação, da dinâmica da  
28 certificação, e concorda com ela no que diz respeito à importância do comitê dentro desse  
29 processo todo. Não vê nenhum problema se aqui for decidido diferente, ou no Conselho  
30 Universitário, mas observa que as revisões nem sequer passavam nos comitês. O comitê  
31 analisava a proposta inicial vinda das unidades, avaliava, devolvia e depois esses resultados  
32 passavam. E a relação do “de/para” só tem acompanhando a documentação quando há mudança  
33 de valor, essa foi a praxe o tempo inteiro, até onde consegui olhar para outros processos. Se  
34 delegarem aqui uma mudança sobre os processos, que melhore a instrumentação, a análise,  
35 mesmo quando não há alterações de valores, que seja feito, não vê nenhum problema, mas não  
36 foi o que foi adotado até então. Outra questão colocada, também importante, e que vai tentar  
37 demonstrar aqui, tem a ver com o impacto financeiro. Com relação a algumas outras propostas  
38 que foram colocadas, vai se abster de comentar, porque dizer que podem trocar alterações em  
39 GR por aumento de vale-alimentação parece-lhe um nível de demagogia que não cabe dentro  
40 desta câmara, não é o que vão discutir aqui. Solicita que tentem manter um nível em um debate

1 muito importante como este. Recuperando o histórico do processo, informa que a Deliberação  
2 Consu-A-016/2019, no seu anexo 1, traz a descrição de todas as funções gratificadas, suas  
3 complexidades, para que serve, onde devem ser alocadas. No seu anexo 2, constam as  
4 quantidades e os valores das gratificações de representação autorizadas pelo Conselho  
5 Universitário, e lembra que a deliberação sofreu pequenas modificações na Deliberação Consu-  
6 A002/2020, que incluiu um ou outro item, mas a referência aqui é a Deliberação Consu-A-  
7 016/2019. Uma das mudanças importantes nessa deliberação de 2019 foi a extinção de algumas  
8 funções e, portanto, das suas gratificações, e a criação de novas funções, como bem estava  
9 observando o professor Léo olhando para as caixas. Para ficar mais no que estão considerando  
10 aqui, para não estender demais a discussão, dentre essas extinções, tiveram a extinção da função  
11 de assistente técnico de gabinete, que gratificou até 19 de abril de 2021 o valor de R\$2.258,16,  
12 compatível com a complexidade das suas funções. Além disso, também se extinguiu nesse  
13 período a função, por exemplo, de assessor 2 e assessor 3, ao mesmo tempo em que foram  
14 criadas outras funções. Chama a atenção para que não confundam com a função do assistente  
15 técnico, que tem a complexidade um pouco menor, o que se reflete na sua gratificação, que  
16 passa a ser de R\$2.199,00. Também foi criada, no mesmo nível de complexidade do assistente  
17 técnico de gabinete, a função de assessor de gabinete, cuja gratificação era exatamente igual,  
18 até porque as complexidades se assemelhavam. Portanto, essa gratificação de R\$3.258,66 é  
19 igual à da função em extinção, que é a de assistente técnico de gabinete. Observa ainda que essa  
20 deliberação Consu de 2019 criou 16 vagas para assessor de gabinete, mas logo depois houve  
21 uma alteração que se refletiu inclusive na deliberação Consu de 2020: de 16 se transformaram  
22 em 15, porque uma foi utilizada para criação do diretor adjunto da Inova. Dessas 15, nove já  
23 foram devidamente lotadas em 2019 e 2020, a partir das respectivas certificações na alta gestão  
24 da Universidade. Duas, desde 2020, estão na CGU; três na DEA; uma na Deas; uma na Depi;  
25 uma na Proec; e uma na PRP. Portanto, de 15 sobraram seis, que permaneceram no quadro geral  
26 para uso exclusivo, segundo a deliberação do Consu, do Gabinete do Reitor, estendido, como  
27 podem verificar na documentação, para as pró-reitorias, para as diretorias executivas e para a  
28 coordenadoria geral. Todas essas foram, portanto, criadas e autorizadas pelo Conselho  
29 Universitário, e conforme informação da Aeplan, elas são orçadas para o exercício posterior,  
30 portanto criadas em 2019 para com o orçamento de 2020. Além disso, o artigo 2º das  
31 disposições transitórias da deliberação Consu estabelece que se mantenha a designação de  
32 representação até a extinção da função. Portanto, embora extinta a função de assistente técnico  
33 de gabinete, enquanto ela estivesse sendo ocupada, mantinham-se as gratificações. Foi isso que  
34 aconteceu até o final da gestão anterior, com sete servidores ocupando cargo de assistente  
35 técnico de gabinete no Gabinete do Reitor, e que receberam a gratificação de R\$3.258 até 19  
36 de abril de 2021, último dia da gestão do professor Marcelo Knobel. Quando se faz a troca de  
37 gestão, e esses servidores são substituídos, se extingue a função e, portanto, as gratificações.  
38 Mas o que define a deliberação Consu de 2019 é que para esses cargos de assessoria ao Reitor  
39 existe agora o assessor de gabinete, que com a posse do novo Reitor, com as mudanças desses  
40 sete servidores que ocupavam a função no gabinete, essas funções foram extintas. O assistente

1 técnico de gabinete tinha a mesma gratificação do assessor de gabinete, nesse valor de R\$3.258,  
2 e o anexo 1, onde estão descritas as complexidades de cada uma das funções, demonstra que a  
3 complexidade do assessor de gabinete é semelhante à do assistente técnico de gabinete. Nesse  
4 sentido, o novo Reitor foi autorizado pela deliberação do Conselho Universitário de 2019,  
5 portanto não foi ele quem criou, quem requisitou a descentralização daquelas seis vagas de  
6 assessor de gabinete que estavam no quadro geral e que possuem, portanto, aquela mesma  
7 gratificação e complexidade da função extinta de assistente técnico do gabinete. Imagina que  
8 parte dos questionamentos que estão sendo feitos aqui se refira aos impactos financeiros dessas  
9 mudanças. Sua manifestação, assim como a do próprio Reitor, também da Coordenadora Geral,  
10 como se deu na CVND, na reunião da CAD, e no Conselho Universitário da semana passada,  
11 foi, primeiro, de que o cálculo desse impacto financeiro depende de uma soma de fatores:  
12 primeiro, depende de quando e se as vagas serão ocupadas, já que não é porque foram  
13 descentralizadas seis vagas que, necessariamente, elas serão todas ocupadas agora. E não é  
14 porque se tem, como bem mostrou o professor Léo, sete vagas de assistente técnico, que elas  
15 serão ocupadas, então só a partir desse momento é que se pode ter um cálculo. Segundo, se o  
16 servidor ou professor - porque há também servidor assessor, como existiam já sendo utilizadas  
17 três vagas na gestão anterior - têm gratificações incorporadas ou não, para poder ter o valor  
18 exato de quanto estão utilizando desse valor potencial de R\$3.258, ou do valor de R\$2.199. O  
19 valor depende se a função extinta continua a ser ocupada ou não, porque enquanto ela continuar  
20 sendo ocupada, não foi o caso do assistente técnico de gabinete, mas poderia ser qualquer outra,  
21 como acontece hoje com motorista, continuam tendo a prestação de serviço de dois motoristas  
22 hoje dentro do Gabinete, não foram extintas, portanto elas serão a partir do momento em que  
23 essas vagas forem desocupadas. Então, há uma gama de fatores importantes. Ainda assim, com  
24 objetivo de dar total transparência, acha que é absolutamente justo que seja cobrado de qualquer  
25 gestor, desde que essa discussão se faça em alto nível, desde que o princípio institucional e  
26 republicano seja o ponto de partida. Solicitou à área de certificação da PRDU, a quem agradece  
27 aqui publicamente, em particular à servidora Veridiana, que construiu os quadros, nas quais  
28 fornecem pelo menos um valor nocional que envolve essas gratificações. Trata-se de um valor  
29 potencial por conta exatamente daqueles fatores que apontou anteriormente. Dando início à  
30 apresentação das três tabelas, explica que o Quadro 1, em suas primeiras colunas, fornece as  
31 informações das designações do Gabinete do Reitor, começa desde a gratificação do próprio  
32 Reitor, do chefe de gabinete, e das funções que até então existiam. Essa estrutura de 2017 é a  
33 mesma estrutura que funcionou até abril de 2021, até o último dia da gestão do professor  
34 Marcelo Knobel. A primeira tabela, de 2017, envolvia um valor potencial de R\$61 mil em  
35 gratificações, era isso que estava autorizado no limite a ser usado, o que não quer dizer que foi  
36 usado integralmente. Então, só para dar uma ideia, daqueles cinco motoristas, não estavam  
37 sendo utilizados em 21 de abril de 2021 os cinco, estavam sendo utilizados dois. Solicitou um  
38 primeiro levantamento, em 21 de abril de 2021, e o quadro de designações representava um  
39 valor mensal de R\$50.816, portanto, diferente do valor que está aparecendo na tabela, de R\$61  
40 mil, que é o valor potencial, porque não se utilizavam as nove vagas de assistentes técnicos de

1 gabinete, por exemplo, estavam sendo utilizadas oito. O valor efetivo só vai ser possível se  
2 calcularem quanto cada um desses servidores tinha de gratificações incorporadas e tirar a  
3 diferença para a gratificação. Se for essa a preocupação, podem fazer com a maior  
4 tranquilidade, tanto aqui para a CAD como para o Consu. A ideia é ter a maior transparência  
5 possível. A estrutura do segundo quadro de designação reflete as negociações do Gabinete do  
6 Reitor, chegando a esse novo desenho, que foi inclusive aprovado em uma reunião da CAD que  
7 tratou da revisão da certificação no Gabinete do Reitor. Mas reforça que o próprio Gabinete  
8 nunca efetivou essa estrutura; a estrutura que permaneceu sendo utilizada foi a de 2017. Essa  
9 estrutura foi proposta para que uma nova gestão a utilizasse, e a nova gestão identifica a  
10 necessidade sobretudo de manter a complexidade da sua assessoria da mesma maneira que o  
11 quadro de designações de 2017 apontava. Então, o que se fez foi trocar sete assistentes técnicos  
12 de gabinete, que na designação de 2017, pela sua complexidade, tinha uma gratificação de  
13 R\$3.200, por uma igual, agora com o mesmo nível de complexidade. Aliás, não é um caso  
14 específico do Gabinete do Reitor; com todo o esforço que vem sendo desenvolvido pelo comitê  
15 de certificação, pelo processo de certificação, ainda possuem um número diferente daquele que  
16 foi autorizado dentro do Conselho Universitário. Então, havia utilização de sete vagas, e não  
17 nove como está autorizado, de assistentes técnicos de gabinete, que tinham uma gratificação de  
18 R\$3.258; e três assessores II, como bem apontou o professor Léo, que foram transformados no  
19 assessor docente de gabinete. O terceiro quadro de designações é o proposto pela atual gestão,  
20 totalmente em consonância com a deliberação Consu. E aqui discorda da avaliação da  
21 professora Marisa, pois o Conselho Universitário se sobrepõe hierarquicamente às decisões da  
22 CAD; a CAD é uma câmara assessora para o Consu. Se ela quiser sugerir alguma mudança,  
23 essa mudança pode ser encaminhada ao Conselho Universitário. Então, a partir da autorização  
24 do Conselho Universitário de 2019, foram criadas 15 funções de assessor de gabinete, das quais  
25 nove já haviam sido lotadas para vários órgãos da Administração Central, sobrando seis, que  
26 foram descentralizadas pelo atual Gabinete do Reitor, para substituir o mesmo nível de  
27 complexidade e de valor de gratificação das sete que estavam sendo extintas, de assistentes  
28 técnicos de gabinete. Portanto, para avaliar o impacto financeiro, precisam considerar esses  
29 conceitos do valor potencial para o valor efetivo, algo que a área de quadros da PRDU vai  
30 calcular. Mas primeiro é preciso que essas vagas sejam ocupadas, e se o item fosse hoje retirado  
31 de pauta, isso criaria algum problema para as pessoas que já estão recebendo designações. O  
32 valor de todas as gratificações pagas no Gabinete do Reitor hoje é de R\$43.403, e em 21 de  
33 abril era de R\$50.816. Essa redução não é suficiente para fazer jus ao vale-alimentação, como  
34 foi aqui mencionado. Não devem confundir a importância de uma gestão eficiente, de um  
35 esforço que se iniciou nas gestões anteriores de se buscar, inclusive com a participação muito  
36 ativa da professora Marisa, um quadro não apenas da complexidade das funções e das  
37 respectivas gratificações para essas funções, que visavam não apenas cortar na carne, porque  
38 não é esse o objetivo da Universidade, o objetivo da Universidade é fazer docência, pesquisa  
39 com qualidade, e para isso precisam de uma gestão administrativa eficiente. O que se buscou o  
40 tempo inteiro nesse processo foi melhorar essa eficiência. Não tem e não pode ter apenas um

1 objetivo de redução de custo, porque qualidade custa, uma boa assessoria é necessária para se  
2 fazer uma boa gestão. Portanto, entende e concorda que outros critérios foram considerados  
3 desde o primeiro momento, quando iniciaram o processo de certificação. A questão do valor  
4 potencial e do valor efetivo, a questão da tabela de designação entre o que foi aprovado e o que  
5 foi realizado, e reforça que o que se utilizou em termos da estrutura de designação até abril de  
6 2021 foi a de 2017. Seu entendimento é de que a deliberação Consu prevalece sobre a  
7 deliberação CAD. O que estão fazendo hoje aqui é discutir de uma forma séria, como vários  
8 colegas aqui o fizeram, trazendo questões substantivas e importantes para se pensar essa  
9 dinâmica, que mexe diretamente com a gestão administrativa. Lembra a relação entre a  
10 quantidade de GRs máxima determinada pela deliberação Consu de 2019 e o processo de  
11 certificação, o esforço todo do comitê de acompanhamento, que envolveu mais de 100  
12 processos, de todas as unidades. Falta somente a certificação do HC; já se reuniram esta semana,  
13 estão preparando para encaminhar ao professor Antônio ainda esta semana a proposta do comitê  
14 e da PRDU sobre a certificação do HC. Com todo esse esforço, acha que avançaram muito na  
15 direção de olhar para esses princípios da importância da eficiência na gestão, e no  
16 reconhecimento das complexidades das suas tarefas, fundamentais para que a atividade-fim  
17 também possa ser melhor conduzida, e a atividade-meio cumpre um papel chave nessa direção.  
18 Mesmo com todo esse processo de certificação, de análise, de retorno às unidades, de receber  
19 os comentários das unidades, de promover revisões das certificações, em relação ao que foi  
20 determinado pelo Conselho Universitário, ainda há um excesso de 210 GRs, sem levar em  
21 consideração as negociações com o HC. Dessas 210, 34 dizem respeito a assistente técnico, e  
22 nada têm a ver com o que estão discutindo aqui do Gabinete do Reitor; 26 de coordenadores de  
23 serviço; 13 em excesso para coordenação de divisão; 125 de supervisão; oito de coordenação-  
24 geral de programas de pós-graduação; e quatro de secretaria de diretoria. O esforço vai  
25 continuar para entenderem qual são exatamente as necessidades das unidades e da Universidade  
26 como um todo. Agradece a oportunidade de fazer esse esclarecimento à CAD e se coloca à  
27 disposição para possíveis novos esclarecimentos, com a certeza de que as divergências têm o  
28 objetivo único de melhoria institucional da Universidade. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS  
29 BIANCARELLI diz que aparentemente a documentação e o trâmite dessa proposta, segundo o  
30 que foi dito antes, poderiam ter sido feitos de outra forma. Acha que existem algumas sugestões  
31 importantes de trâmite, inclusive essa questão da comissão *ad hoc* de certificações, cujo parecer  
32 não aparecia em outros processos anteriormente, como informou o senhor Reitor, mas agora  
33 pode aparecer. Esse é um assunto bastante complexo, cheio de siglas, nomenclaturas,  
34 tecnicidades, vai tentar dar uma opinião sobre ele, mas não imagina que o problema seja de  
35 natureza técnica. Vai tentar resumir o que entendeu do problema a partir das informações  
36 presentes, e pede aos que dominam as tecnicidades que depois o corrijam no que estiver  
37 equivocado. À primeira vista, o caso lhe parecia bastante simples e ficou bastante curioso  
38 quando começaram a surgir manifestações depois da reunião da CVND sobre a polêmica. Para  
39 ele, à distância, a nova Reitoria parecia estar reorganizando seu Gabinete, o que considera  
40 razoável e até esperado, pois cada gestão que assume a Universidade modifica a estrutura, cria

1 e extingue órgãos, redistribui tarefas entre os diferentes órgãos da Administração Central, e isso  
2 ocorre não somente na Universidade, mas em qualquer organização. Depois, observando mais  
3 o tema por conta da polêmica, entendeu que não é esse o caso; até onde sabe, não há grandes  
4 propostas de reestruturação de órgãos na Reitoria. Na verdade, o que está sendo proposto aqui  
5 e que chegou nesse ponto com a revisão da certificação, se entendeu bem, não modifica nada,  
6 apenas repõe a mesma situação que se verificava antes, ao final do mandato anterior. A situação  
7 que seria dada agora em abril, antes da revisão da certificação, entrava em conflito, e tem dúvida  
8 se entra em conflito ou se era aquém do que tinha sido autorizado pelo Consu no tempo anterior  
9 a essa questão da nova denominação de certificações que não estavam sendo utilizadas. Então,  
10 parecia-lhe uma mudança relativamente simples. A questão sobre se esse ajuste na certificação  
11 da Reitoria questiona a própria certificação realizada em várias unidades ao longo dos últimos  
12 anos, ou a questão de abrir precedentes, considera uma discussão bem mais subjetiva e  
13 complicada, e sobre isso possui algumas considerações que são mais opiniões do que  
14 informações. Partindo do pressuposto de que o esforço de recertificação da Universidade era e  
15 continua sendo bem justificado, visa racionalizar as estruturas, calibrar os incentivos, tendo  
16 como um dos seus efeitos, e até de suas intenções, reduzir o número global de gratificações da  
17 Unicamp, inclusive partindo da ideia de que a carreira dos servidores, principalmente dos não  
18 docentes da Unicamp, era, ou ainda é, um pouco distorcida pelo excesso de gratificações. Mas,  
19 como acabou de dizer o professor Fernando, acha que o objetivo da certificação não pode ser o  
20 corte puro e simples, ele tem de ser racionalizante, antes de qualquer coisa, e tendo como efeito  
21 desejável uma economia de gratificações. Nesse ponto, se o objetivo de qualquer certificação é  
22 racionalizante, nesse item não consegue enxergar a racionalidade do resultado que haveria sem  
23 essa revisão da certificação. Acha que ficariam em uma situação um pouco anômala por  
24 justamente o Gabinete do Reitor ser “enfraquecido”, relativamente em termos de gratificação  
25 dos assessores, em relação aos outros órgãos da própria Administração Central, em comparação  
26 ao que era imediatamente anterior. Nesse sentido, talvez seja uma leitura um pouco simplista  
27 da sua parte, mas o que a Reitoria está entendendo e está apresentando é que não houve uma  
28 previsão completa dos efeitos da certificação anterior sobre o funcionamento do próprio  
29 Gabinete, ou talvez fosse essa a intenção, tornar o Gabinete do Reitor seguinte menos  
30 assessorado, ou assessorado com menor complexidade do que o restante da própria  
31 Administração Central. Esse ponto valeria ser discutido, mas outras questões que foram  
32 colocadas aqui na reunião, de distribuir o dinheiro pelo vale-alimentação, discordar de como  
33 seria possível um assessor não docente ganhar mais do que um diretor associado, são opiniões,  
34 e acha que passam ao largo do fato de que essas gratificações já existem em vários outros órgãos  
35 da Reitoria, da Administração Central, e até um mês atrás elas funcionavam exatamente assim  
36 no próprio Gabinete do Reitor. Por fim, acha que não precisam confundir ou contrapor o ajuste  
37 nas promoções docentes a essa questão de ajustes nas gratificações de um órgão da  
38 Administração Central. A burocracia é sim importante, fundamental, inclusive para as  
39 atividades-fins; ela não é atividade-fim da Universidade, mas ela precisa funcionar bem. Em  
40 relação à questão do exemplo, pessoalmente não gosta muito da linguagem nem do argumento

1 de dar o exemplo, cortar na própria carne. Participou do processo de certificação enquanto  
2 diretor associado do IE, ajudou, sem encarar aquele processo como um espelho do que a  
3 Reitoria estava fazendo na sua própria carne. Não colaboraram com o esforço de racionalização  
4 da Universidade porque a Reitoria estava propondo no passo seguinte diminuir o número de  
5 assessores do Gabinete de Reitor. Acha que os processos são bem mais complexos, e sobre esse  
6 último ponto, não acredita que a aprovação dessa mudança vai reabrir a discussão da  
7 certificação na Universidade como um todo, acha que é outra coisa. O Conselheiro ADILTON  
8 DORIVAL LEITE diz que prestou bastante atenção nas falas de todos os conselheiros, e  
9 observa que esse assunto não é novo. O assunto gratificação de representação foi bastante  
10 demonizado na gestão anterior, quando estava na CAD, no CIDEF e no Consu, então conhece  
11 bem a história e acompanhou as certificações das unidades e órgãos porque elas passam pela  
12 CAD, inclusive a do Gabinete, que foi recertificado duas vezes na gestão anterior. Lembra que  
13 em 03.10.2017, o Conselho Universitário aprovou um corte linear nos valores de todas as  
14 gratificações não incorporadas, pagas para docente, pesquisador e funcionário, de 30%, não  
15 com o seu voto, porque votou contra. No dia 27.11.2018, o Consu prorrogou o corte linear de  
16 30% nos valores de todas as gratificações, mas, na mesma matéria, indicou a formação de um  
17 GT, que teria atribuição de apresentar proposta de reformulação na tabela de gratificações que  
18 produzisse uma redução de gasto na mesma ordem do corte linear. Era a condição para devolver  
19 os 30% do corte linear, que se fizesse uma proposta de redução de quantidade de gratificações,  
20 de funções gratificadas, e que esse valor fosse parecido ou igual ao valor do corte linear.  
21 Também votou contrariamente, até porque aqui a ideia inicial era prorrogar o corte linear de  
22 30%. Quando foi prorrogado o corte linear, o assunto foi judicializado, há duas ações que tratam  
23 dele. Não gosta de ficar comentando sobre assuntos que não estão em trânsito em julgado ainda,  
24 mas no caso aqui o TJ de São Paulo teve o entendimento bem claro de que o corte das GRs  
25 poderia ser considerado válido para os servidores que começassem a receber após a publicação  
26 da Deliberação Consu-A-023/2017, ou seja, isso poderia ser feito para frente, não para trás. A  
27 Unicamp tem a possibilidade de um último recurso; se prevalecer o entendimento do TJ, isso  
28 vai gerar um passivo trabalhista, e toda vez que há esse problema, a Unicamp paga a conta;  
29 exemplifica com o processo da sexta-parte, que não foi paga da forma como deveria e a  
30 Universidade desembolsou, recentemente, R\$5 milhões para pagar o passivo da sexta-parte.  
31 Poderia citar, por exemplo, em duas gestões anteriores, o congelamento da tabela de  
32 gratificação de representação incorporada e a Unicamp também perdeu e pagou a conta. E é  
33 para isso que caminha a questão atual, portanto a conta pode ficar cara. Seguindo na linha do  
34 tempo do que aconteceu na gestão anterior, quando tratou da tabela de gratificação de  
35 representação, em 28.05.2019 o Consu aprovou uma nova tabela de gratificação, que reduziu o  
36 número de funções, proporcional ao corte linear. Antes disso, havia cerca de 1.790 funções  
37 gratificadas, e foi aplicado o corte linear nesse conjunto. A proposta devolveu os 30%, só que  
38 reduziu o número de gratificações. A ideia do GT era para que a Universidade ficasse com cerca  
39 de 1.200 funções gratificadas, ou seja, teriam de extinguir cerca de 500 funções gratificadas.  
40 Desenham uma nova tabela de gratificação, mudaram a nomenclatura de várias funções

1 gratificadas, e obviamente reduziram a quantidade de funções gratificadas. A Reitoria na época  
2 fez várias reuniões com as bancadas, inclusive com a bancada de funcionários, e se posicionou  
3 contrariamente, observando que aquilo poderia dar certo no papel, mas na prática seria  
4 complicado. Com os ajustes feitos, mandaram para as unidades e órgãos para que fizessem as  
5 famosas recertificações, à luz do que o GT desenhou, com cerca de 1.200 gratificações. Todos  
6 sabem que foi penoso em todas as unidades e órgãos, porque a recertificação é necessária, mas  
7 não dessa forma invertida, definindo para as unidades e órgãos quantas funções gratificadas  
8 eles precisam ter. Era preciso, então, que unidades e órgãos alterassem seus organogramas,  
9 fazendo com que uma divisão se tornasse serviço, um serviço se tornasse sessão, uma sessão se  
10 tornasse célula, juntassem serviços afins. Não é simples assim, e não deu certo isso. E sabem  
11 que não deu certo porque foi falado, esse assunto foi tratado no último Consu, e bastante  
12 distorcido, com conveniência política. Sua intervenção aqui é pragmática, quando é contrário  
13 vota contra e justifica o seu voto; fez isso durante toda a gestão passada e vai continuar fazendo.  
14 Quando vota favoravelmente, é porque entende que a medida é boa e traz benefício para a  
15 Universidade. Do conjunto de 500 GRs que o GT estabeleceu que precisava cessar para fazer  
16 economia equivalente, 34 de assistentes técnicos não foram possíveis, assim como 26 de  
17 coordenador de serviço, 13 de coordenador de divisão, 125 de supervisor de sessão, oito de  
18 coordenador geral de pós-graduação e quatro de secretaria de diretoria. Portanto, não vão ficar  
19 com 1.200 GRs. Foi falado bastante também no Consu que havia segredos, que não existe  
20 transparência, porém tudo o que está falando aqui é público. Na Deliberação Consu-A-  
21 016/2019, que dispõe sobre a tabela de gratificação, o anexo 1 relaciona e descreve todas as  
22 funções gratificadas na Universidade, e se verificarem agora, verão que há várias alterações no  
23 anexo 2, justamente porque não foi possível fazer a redução proposta. No S-Integra, que consta  
24 no *site* da PRDU, no campo de indicadores de RH estão colocadas quais são as gratificações, a  
25 tabela de GRs que existe na Universidade hoje, e uma listagem nominal apontando todos que  
26 recebem gratificação de representação, qual é a gratificação, o valor, quando foram designados.  
27 Portanto, não há segredo, está tudo público. Verificou pouco antes da reunião de hoje e os  
28 indicadores de RH apontam que existem hoje 1.590 funções gratificadas. O GT concluiu que  
29 era para ter cerca de 1.200, mas não foi possível. Não saberia dizer a quantia de GRs que ainda  
30 vão cessar na vacância; nem o entendimento de vacância as pessoas têm direito, não sabe se por  
31 conveniência, mas não têm o entendimento correto do que é a vacância. Por exemplo, entende  
32 que recertificação gera vacância, mas há pessoas que acham que não. Então pode ser que fiquem  
33 com menos de 1.590 funções gratificadas na Universidade, a depender das vacâncias que são  
34 geradas por recertificações que talvez não foram geradas ainda. Observa que não é só a Carreira  
35 Paepe que tem função gratificada, pesquisador e docente também têm. Precisam olhar quantas  
36 funções gratificadas há para as Carreiras Paepe, PQ e docente, verificar o tamanho dos quadros  
37 das três, porque olhar a folha é fácil, precisam olhar a árvore. As designações de Carreira Paepe  
38 passam pela CIDF, que aprova ou não, se a CIDF entender que não está adequada, ela retira da  
39 pauta. Caso de reprovação de gratificação de representação na CIDF na Carreira Paepe acha  
40 que nunca houve, mas retirada de pauta para ajustar a documentação já houve vários casos,

1 inclusive ele mesmo já solicitou retirada de pauta várias vezes por ter algum problema, que foi  
2 consertado e o caso depois foi aprovado. A pauta da CIDF é pública, está tudo lá colocado, e o  
3 processo de designação é regulamentado pela Deliberação Consu-A-022/2017. No caso em  
4 questão, há um *ad referendum* do senhor Reitor, e na tabela que o professor Fernando Sarti  
5 apresentou está citado o que era no ano, o que foi depois e o que será agora. Tem acordo com  
6 o que foi colocado lá; não se está criando função, é o que já havia, até porque não se pode criar.  
7 E em sua maioria, as pessoas que estavam designadas na gestão anterior vão continuar, não vai  
8 mudar a gestão inteira, portanto a quantidade é a mesma. Acha que o problema está na  
9 nomenclatura, que foi alterada várias vezes. Na gestão anterior, todos os que trabalharam no  
10 Gabinete, eles tinham uma gratificação, com nomes distintos, com valores não baixos, inclusive  
11 criaram gratificação, e cita como exemplo o Cerimonial, que nunca foi função gratificada na  
12 Universidade, ela só passou a ser gratificada na gestão anterior. A Conselheira MARISA  
13 MASUMI BEPPU diz que todos estão aqui para o bem da Instituição, e fica satisfeita por  
14 convergirem pelo menos em algum aspecto, por exemplo, de que uma deliberação Consu  
15 sobressai sim à CAD, concorda com isso. Inclusive, olhando a deliberação Consu de 2019 se  
16 entende o porquê de algumas GRs terem sido colocadas com extinção na vacância. Foi, de fato,  
17 um aspecto diplomático utilizado para que a discussão do real valor e concatenação das GRs,  
18 ou reposicionamento, pudesse ser discutido sem qualquer conflito de interesse. Acha que isso  
19 é um ponto pacífico que todos têm de entender antes de ficar imaginando que pode parecer uma  
20 armadilha, foi dimensionado de uma forma, não se cumpriu isso ou aquilo e, na verdade, na  
21 deliberação Consu consta essa forma de extinção da vacância. O que ocorreu foi que o assessor  
22 técnico de gabinete, que à época ganhava a mesma coisa ou mais do que um ATU, pesando o  
23 tipo de trabalho que era feito, foi calibrado para ser assistente técnico, como qualquer assistente  
24 técnico deveria ser, e reposicionado um pouco mais abaixo. Mas a extinção do ATG, assistente  
25 técnico de gabinete, para se tornar AT era algo que estava respaldado na deliberação Consu da  
26 extinção na vacância, isso é uma coisa importante a ser colocada para que as pessoas tenham  
27 serenidade de avaliar antes de ficar aparentemente em um jogo de argumentação. E exatamente  
28 para evitar o jogo de argumentação é que determinada documentação nas recertificações é  
29 necessária. Então, pelo menos até 2019, quando estive na PRDU, até 2019, tudo passava pelo  
30 comitê *ad hoc*, e vinha uma tabela do “de/para”, que é exatamente o que o professor Sarti  
31 mostrou na penúltima tabela. Também pôde verificar que a conta que havia feito no início  
32 estava correta. Então, esse tipo de documentação é o que deve vir junto em uma avaliação da  
33 CVND, deve vir junto em uma avaliação de um comitê *ad hoc*, porque não é a questão  
34 específica de valor, mas de dizer um AT faz papel de AT, um assessor faz papel de assessor. O  
35 que foi passado na CAD em 2020 na recertificação foi um aceite da comunidade de que os  
36 trabalhos no GR estavam sendo dimensionados daquela forma. Alguns foram colocados na  
37 CGU, sabem dos projetos estratégicos que existiam à época, e não há problema de haver uma  
38 propositura, e também não há uma obrigatoriedade de aplicação de todas as GRs que estão na  
39 deliberação Consu. Se imaginarem que existe essa questão da transição das recertificações e  
40 adequações a esse racional do que são as GRs, e também souberem que existe sim uma

1 conjuntura diplomática que foi colocada no Consu, de extinção na vacância, vão começar a  
2 entender porque a tabela leva um tempo até se adequar ao número real de GRs que existe na  
3 Universidade. Sente um certo incômodo porque, na defesa talvez apaixonada e cega de algumas  
4 coisas, começam a criar fatores ou formas avaliativas diferentes, então, por exemplo, a  
5 documentação que veio para a CAD, na primeira parte, coloca que se justifica porque já fazem  
6 parte do quadro de designações de GR orçado na Universidade – e isso é um ponto nevrálgico  
7 de divergência –, pela Deliberação Consu-A-016/2019. E logo em seguida coloca que o valor  
8 de gratificação é correspondente ao de assessor de gabinete, que imagina que seja o assessor  
9 técnico de gabinete. Ou seja, compara com uma GR anterior, que não deve existir mais, que  
10 está extinta, e se instala uma nova maneira de comparar a tabela nova de certificação em função  
11 do que de fato se desembolsava. O foco não é a questão do desembolso, mas imaginam se todas  
12 as unidades agora vierem com a argumentação de que desembolsaram determinado valor e  
13 então podem fazer sua certificação de acordo com ele. Está se referindo ao que o professor  
14 Fernando Sarti chamou de potencial gasto. Nunca chamaram de potencial gasto, apesar de  
15 saberem que é, porque era o que olhavam. Se fossem começar a argumentar que teriam de  
16 calcular dependendo de quem ocupasse, uma unidade poderia estabelecer que vai certificar com  
17 tudo isso, que só iria colocar pessoas com gratificação incorporada, e não era esse o caso.  
18 Precisam ter um critério, e o critério seguido era esse; acha que faz falta uma análise, é  
19 importante zelar por esses processos. Apesar das falas no sentido de que no dia anterior era uma  
20 forma de gasto etc., era uma forma de gasto porque a deliberação Consu assim determinava, se  
21 houvesse a questão de substituições. Então, acha que isso tudo tem de ficar muito claro. Tem  
22 receio de que a argumentação de agora em diante seja: no final das contas, o que vai valer é o  
23 cálculo real, levando-se em conta as incorporações; então todo o órgão, em princípio, poderia  
24 certificar alegando isso agora, e também faz sim diferença verificar a natureza do trabalho, vai  
25 insistir nisso, porque vai ser feito um trabalho, e o trabalho de AT é muito distinto do trabalho  
26 de assessor, é nesse sentido. Não há problemas em relação aos órgãos se recertificarem, isso é  
27 uma questão dinâmica, importante, mas precisam zelar pelo rito, pelas documentações que vêm  
28 em conjunto com esse pleito, e as argumentações que estão colocadas. Tem muita dificuldade  
29 de aceitar as duas argumentações colocadas de que é porque consta na tabela da Deliberação  
30 Consu-A-016/2019 e porque o gasto no dia anterior era igual ao que vai ser, em princípio.  
31 Portanto, é uma questão somente de racionalidade mesmo do que fizeram, que foi um imenso  
32 pacto dentro da Universidade, porque à época, como o senhor Adilton resgatou o histórico,  
33 tinham em cima da árvore de GR, que era um assunto tabu, um crescimento vegetativo de folha  
34 que consumia, anualmente, até um número possível de cerca de quase 300 promoções. Então  
35 era muito recurso, um crescimento vegetativo imenso, que hoje é uma realidade um pouco  
36 diferente, mas precisam ter essa análise bem feita. Não é pelo valor que justificam, é pela  
37 natureza do trabalho e a documentação pertinente deve vir junto. É isso o que defende. A  
38 Conselheira HELOISE OLIVEIRA PASTORE inicia garantindo ao senhor Reitor, com  
39 razoável segurança, que a maioria do corpo docente da Universidade deseja que ele tenha os  
40 melhores assessores, os mais qualificados, com os melhores currículos. E para isso, eles vão

1 precisar ser avaliados da mesma maneira como sempre se avaliou. Solicita ao senhor Reitor,  
2 assim como ao professor Fernando Sarti e a todas as pessoas da Administração Superior, que  
3 se desancorem das administrações anteriores, elas acabaram. Se alguma coisa daqui para a  
4 frente se baseia no que foi feito na Administração anterior, não é um bom sinal, precisam ir  
5 adiante. A Universidade tem muitos problemas, não precisam criar outros baseados no fato de  
6 que foi assim no passado. O que era até o dia 19 de abril se encerrou, e o fato de ter sido feito  
7 lá atrás de uma certa maneira não justifica se continuar fazendo. A questão dos assessores que  
8 o senhor Reitor vai ter é fundamental, e espera que eles sejam mesmo assessores, não  
9 assistentes. Teve a chance de lidar com algumas pessoas na Reitoria cuja função não sabe  
10 exatamente qual era, mas que ajudaram enormemente em projetos que a Universidade  
11 desenvolvia, nos quais o Instituto de Química porventura estava envolvido. Essas pessoas eram  
12 reais assessores, esses são os assessores que desejam que o senhor Reitor tenha para  
13 desenvolver esses projetos e outros projetos na Universidade. Mas é preciso que essas pessoas  
14 sejam avaliadas pelos seus perfis, e que essas avaliações estejam disponíveis; isso é muito  
15 importante, e que elas sejam avaliadas de maneira equânime, pela mesma condição *ad hoc* que  
16 o professor Fernando Sarti tem na PRDU. Isso é importante que seja feito dessa maneira, é uma  
17 garantia. Tem certeza de que muitos docentes pensam como ela: não importa tanto se isso vai  
18 aumentar R\$17 mil ou R\$20 mil ou economizar R\$15 mil, o mais importante é que essas  
19 pessoas sejam realmente capazes e sejam avaliadas pela comissão *ad hoc*, disponível já, e que  
20 inclusive vem fazendo essas avaliações ao longo do tempo. Então, a racionalização do gasto a  
21 que o professor Sarti se referiu com tanta propriedade, com tantos dados, entende que ela exista,  
22 mas não acha que ela deva ser o ponto de partida, e principalmente não acha que deva ser o  
23 ponto de partida o fato de uma pessoa ter uma GR incorporada ou não. Considera que isso não  
24 é importante no momento de selecionar o assessor que o senhor Reitor vai ter. Isso é muito  
25 citado e lhe causa um incômodo muito grande. A GR incorporada não deve ser um ponto na  
26 avaliação da pessoa que vai servir de assessor de gabinete ao Reitor da Universidade. Acredita  
27 que fala por muitas pessoas nesta Universidade, não só por ela. Farão isso da maneira como  
28 deve ser feito, com assessoria *ad hoc* daquela comissão ou comitê que existe na PRDU, que fez  
29 isso tantas vezes. É um pedido que faz em nome de muitos docentes. O Conselheiro LÉO PINI  
30 MAGALHÃES diz que já participou de certificação de quase a Universidade inteira nos muitos  
31 anos em que está no Conselho Universitário. Certificação é definição do conceito de operação  
32 do órgão, por isso colocou a sua questão. A sua questão é financeira em um segundo  
33 movimento. No primeiro movimento, é saber exatamente qual é o conceito de operação desse  
34 órgão, por que conceitualmente ele que estava definido de uma certa forma, com um certo  
35 número de assessores, quase dobrou o número de assessores, conforme definido na certificação  
36 anterior, que já foi informado que na verdade não se efetivou. Então sua reflexão vem nesse  
37 contexto, de como se imagina que esse órgão vai operar, e está entendendo que vai operar de  
38 uma forma muito parecida, porque nessa mudança continua tudo como está, do ponto de vista  
39 da quantidade de assessores ajudando na governança. Reafirma que a certificação é definição  
40 do conceito de operação do órgão, célula, sessões, departamentos, seja o que for. A implantação

1 deve estar definida em adaptação ao novo modo definido na legislação que aprova a  
2 certificação. Não entende se houver uma certificação que não se efetive; a legislação da  
3 Universidade tem de tomar conta disso. Defende as unidades de ensino e pesquisa, defende a  
4 descentralização do orçamento e da administração; para ele o poder central da Universidade  
5 tem como tarefas básicas a regulação e o fomento de projetos – e cita dois tipos de projetos, de  
6 duas Reitorias já findas: o plano diretor, de 2014 a 2017, que aparentemente não teve  
7 continuidade, e o Rids, que era o projeto da última Reitoria. Não está defendendo a reitoria A  
8 ou a reitoria B, está dizendo que o papel da Administração Central não é entrar em muitos  
9 detalhes, precisam parar de fazer isso; precisam descentralizar para as unidades de ensino e  
10 pesquisa. Claro que descentralizando os recursos também, ou seja, a Administração Central vai  
11 ter de abrir mão de muitos recursos alocando às unidades, utilizando regulamentação e  
12 mediação para que isso aconteça. Mas acha que estão muito longe desse caminho, essa  
13 discussão agora mostra isso. Agradece ao professor Fernando Sarti, que ilustrou muitos pontos,  
14 muito focado no dinheiro. Suas observações não estavam focadas no dinheiro, porque disso a  
15 COP vai ter de tratar. Deixa essa mensagem da reflexão de uma descentralização do poder na  
16 Universidade. E poder é dinheiro. O Conselheiro PAULO RÉGIS CARON RUFFINO diz que  
17 não tem certeza se ficou clara a racionalidade do enxugamento, que o enxugamento estava  
18 sendo feito via extinção em vacância, ou seja, foi uma estratégia para evitar redução de salários.  
19 Acompanhou por cerca de dois anos a relevância que havia em fazer extinção em vacância, e  
20 não extinguir imediatamente, como poderia ter sido feito, mas não o fizeram por respeito. Foi  
21 citado aqui que há também servidores não docentes que recebem R\$3.288 de gratificação, e até  
22 onde sabe, se existirem é porque não entraram em vacância. O critério de entrar em vacância  
23 foi justamente para eliminar esse tipo de injustiça, para que as pessoas continuem recebendo  
24 enquanto não se aposentam, enquanto não mudam de cargo. Entretanto, é injusto fazer redução  
25 de salário, então lhe parece a estratégia de extinção em vacância muito interessante, e podem  
26 discutir mais, se for o caso, o que significa isso e a importância. Ouviu a fala de vários  
27 conselheiros, vão conversando e aprendendo coisas, e gostou muito de manifestações no sentido  
28 de que a recertificação tem de servir à academia, aos valores acadêmicos em primeiro lugar, e  
29 não o contrário. Não estão fazendo economia por fazer economia, embora tenham tido uma  
30 crise fenomenal desde 2018, que cortou muitos recursos. No entanto, discorda que essa  
31 recertificação não reabriria a questão de recertificação nas unidades, acha que reabre sim,  
32 porque está se criando um novo equilíbrio de gratificações. O Imecc, por exemplo, é um  
33 Instituto que nos últimos anos recebeu dois medalhistas Fields – a Medalha Fields é equivalente  
34 ao Prêmio Nobel em Matemática –, um deles visitando o seu grupo de pesquisa, inclusive. E  
35 no Imecc há dois programas de pós-graduação cujos coordenadores não recebem gratificação,  
36 e não é só lá, há várias outras unidades com problemas equivalentes. Então, em um certo  
37 sentido, vai reabrir a discussão, mas não está dizendo em sentido negativo; a recertificação tem  
38 de ser repensada de tempos em tempos, e precisa e servir de balizamento para ajudar nos  
39 problemas acadêmicos. O MAGNÍFICO REITOR concorda que precisam considerar a  
40 certificação uma discussão com uma certa permanência. Em momento anterior, o professor

1 Paulo mencionou que um dado novo relevante é o de que as GRs não são mais incorporadas, e  
2 vão ter de discutir isso. Foram eleitos e se propõem a discutir essas coisas com muita abertura,  
3 muito diálogo com a comunidade e procurando soluções que consigam construir maiorias e o  
4 máximo de consenso possível. Então, não possui a preocupação de evitar uma discussão das  
5 certificações. Em vários momentos se posicionou contra algumas decisões, isso não é segredo,  
6 então se sente muito confortável em falar isso. No entanto, quando discute essa questão, não  
7 está necessariamente focando na gestão anterior, e a professora Heloise comentou um pouco  
8 isso, está se baseando em uma deliberação do Consu. O foco da argumentação é a Deliberação  
9 Consu de 2019, e até segunda ordem, na sua interpretação, essa é uma deliberação superior às  
10 decisões da CAD. Acha que existe uma questão formal que não está sendo devidamente  
11 considerada; a certificação não pode ser conflitante com aquela decisão. Ter os espaços para  
12 alocar as pessoas não significa que elas serão alocadas, mas não colocar na certificação os  
13 espaços significa estar em conflito com aquela deliberação, que é absolutamente clara. Ela  
14 menciona 16, e depois da ida de um para a Inova, 15 assessores de gabinete, e observa que a  
15 Unicamp deve ser a única universidade no Brasil, e no mundo, em que não há um assessor de  
16 gabinete no Gabinete. A certificação da Unicamp não prevê assessor de gabinete no lugar em  
17 que ele é mais necessário. Ela criou um cargo e pôs em outros lugares, mas não pôs no Gabinete  
18 do Reitor. Pergunta se isso é racional, qual é a racionalidade que está por trás disso. Basicamente  
19 o que inventaram é um cargo associado a uma posição na Universidade, e esse cargo não existe  
20 associado a essa posição. Pergunta se existe ou não algum conflito aí. É essa a questão que estão  
21 decidindo neste momento, estão ajustando a certificação à deliberação Consu, ajustando a  
22 certificação à lógica, pois tem de existir pelo menos algum assessor de gabinete no Gabinete do  
23 Reitor. Não parece lógico que o único lugar da Administração Central onde não exista assessor  
24 de gabinete seja no Gabinete do Reitor. A decisão dos assessores é sempre de quem está no  
25 cargo, então a competência desse assessor vai ter de ser avaliada pela pessoa que decide;  
26 nenhum comitê *ad hoc* discute a competência de quem o reitor, CGU ou o diretor de qualquer  
27 unidade escolheu. O que ele decide é se vai haver ou não essa posição para ser preenchida, é  
28 isso que o comitê *ad hoc* pode sugerir. E essa decisão já foi tomada na deliberação Consu de  
29 2019. Então fica na incômoda posição de defender algo que lhe parece completamente lógico.  
30 O que as pessoas contrárias estão defendendo é o seguinte: foi criado um cargo denominado  
31 assessor de gabinete e dizem que esse cargo não pode existir no Gabinete do Reitor. Então acha  
32 que não existe muita lógica nessa argumentação, nem muita racionalidade. Tem impressão de  
33 que cientistas deveriam primar pela racionalidade, e conectar causa e efeito seria uma coisa  
34 importante. Não havendo mais observações, submete à votação a homologação do *ad*  
35 *referendum* do Magnífico Reitor, que é aprovada com 18 votos favoráveis, 03 contrários e 04  
36 abstenções. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO RIBEIRO diz que não conseguiu votar e pergunta  
37 se pode encaminhar para a Secretaria Geral seu voto. O MAGNÍFICO REITOR solicita que o  
38 professor José Roberto encaminhe seu voto por *e-mail*, e observa que, para preservar o sigilo  
39 do voto, não vai alterar a votação que informou. Passa ao item 49 – Proc. nº 01-P-1345/2021 –,  
40 do Gabinete do Reitor, que trata do Contrato de Parceria Comercial entre as Partes: Unicamp e

1 Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda., tendo por Executores: José Antonio R. Gontijo e  
2 Pascoal José Giglio Pagliuso, Data de Assinatura: 15.04.21, Vigência: 12 meses, Resumo do  
3 Objeto: Incentivo das vendas dos produtos Samsung aos alunos, servidores e docentes da  
4 Unicamp por meio da utilização de plataforma eletrônica da Samsung. O assunto foi destacado  
5 pelos conselheiros Sávio e Amanda. O Conselheiro SÁVIO MACHADO CAVALCANTE diz  
6 que se trata de um convênio da Samsung com a Unicamp para que a Unicamp possa ter uma  
7 entrada na plataforma de produtos da Samsung e, com isso, ter descontos especiais. Chama a  
8 atenção para um aspecto, sobre o qual já comentou ao se referir a outros temas no Consu e na  
9 CAD, e acha que é sempre bom estarem alertas a isso. Não vai entrar na questão da relação da  
10 Universidade com as empresas, muito menos nesse caso de tentar algum convênio, algum tipo  
11 de preços especiais em serviços, que acho que já existe em tantas outras situações. Não é disso  
12 que se trata, é mais um comentário a respeito de quando fazem esse tipo de acordo, fica sempre  
13 na dúvida o quanto possuem de informações de consistência a respeito do valor da Unicamp,  
14 se é para pensar em termos empresariais. Nesse contrato, não se estabelece qual é o desconto,  
15 ele pode findar a qualquer momento, tanto é que, salvo engano, uma posição primeira da  
16 Procuradoria Geral era de que precisava explicitar um pouco melhor o interesse institucional  
17 para que esse acordo fosse viabilizado. Também solicita informações de quais seriam esses  
18 produtos que a Samsung disponibilizaria e que seriam interessantes para a Universidade. Chama  
19 a atenção para que nesse mundo empresarial, a coisa mais importante que precisam é reconhecer  
20 em um processo de negociação o quanto o nome da Unicamp vai estar contribuindo para uma  
21 empresa. Não sabe o quanto têm ciência disso, ou o quanto entram apenas por fazer a relação  
22 em si, no caso, com uma empresa bastante conhecida, nem precisa dizer, uma campeã nacional  
23 de projeto desenvolvimentista sul-coreano, diga-se de passagem, algo que foi exterminado no  
24 Brasil. A Conselheira AMANDA CARVALHO MAIA diz que sua manifestação vai na linha  
25 do professor Sávio sobre esse assunto da parceria comercial entre a Unicamp e a Samsung.  
26 Solicita esclarecimento em relação às vantagens dessa parceria para a Unicamp, uma  
27 universidade pública divulgando produtos de uma empresa privada, e como será feita essa  
28 divulgação, porque o documento menciona que a plataforma da Unicamp vai direcionar os  
29 estudantes e funcionários para o *site* da Samsung, mas não cita qual plataforma; pergunta se  
30 seria na página inicial da Unicamp. Em relação aos descontos, os documentos só citam que as  
31 condições especiais e os descontos assegurados aos clientes da Unicamp serão definidos  
32 periodicamente, mas isso é muito genérico. Então, a proposta não fala de quanto é esse  
33 desconto. Acha que essa abertura da Samsung pode dar o desconto que ela quiser, em troca de  
34 a Unicamp fazer essa divulgação dos produtos, o que não seria de grande vantagem para os  
35 alunos e funcionários. Portanto, destaca essa necessidade de especificação sobre quem vai  
36 definir esse desconto, quanto é esse desconto e qual é a sua periodicidade. Além disso, o  
37 documento também menciona que os produtos têm estoque limitado, mas não fala de quanto é  
38 esse estoque, então também carece de uma quantificação dessa limitação. No geral, essa  
39 proposta não pareceu tão vantajosa, porque o documento se refere inclusive à inclusão digital  
40 de alunos e funcionários, mas não apresenta o real benefício para os possíveis alunos e

1 funcionários que adquiram esses produtos. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que  
2 também iria destacar esse ponto. Pode enquadrar esse projeto dentro do esforço que a  
3 Administração Central fez para viabilizar caminhos para estudantes, funcionários e professores  
4 se equiparem melhor nesses tempos de pandemia em que dependem dos recursos digitais. A  
5 dúvida que vai expressar aqui já expressou quando foi discutido o vínculo tão estreito com o  
6 Google, que absorveu inclusive grande parte dos *e-mails* institucionais da Universidade. Essa  
7 é uma outra discussão, mas tem algum tipo de paralelo, que é uma empresa oferecer essas  
8 vantagens para a Unicamp, inclusive esse projeto não está tão divulgado, pelo menos ele não  
9 sabia da existência desse projeto, e não sabe se ele já está em andamento. A compra é via uma  
10 plataforma específica, lá aborda a questão da proteção de dados, leu isso e está correto. Tem  
11 dúvidas se houve um certame para a escolha da Samsung, porque teria sido muito interessante  
12 se diversas empresas pudessem participar e oferecer concorrentemente. Isso tem a ver um pouco  
13 com a sua preocupação com a questão do Google, mas a Procuradoria Geral disse que estava  
14 bem. Então, pergunta se já está em andamento, como está a divulgação, e certamente,  
15 dependendo de como esteja organizado, ele ajuda no item chamado inclusão digital. Então, ao  
16 final, talvez o Magnífico Reitor pudesse dizer exatamente o ponto que estão votando ou se é  
17 uma votação simplesmente de um convênio que já está em andamento e precisam simplesmente  
18 dar o arcabouço legal para a continuidade. O MAGNÍFICO REITOR diz que vai deixar os  
19 esclarecimentos mais detalhados para as pessoas diretamente envolvidas na avaliação. Passa a  
20 palavra ao professor Pascoal. O Conselheiro PASCOAL JOSÉ GIGLIO PAGLIUSO diz que a  
21 sua participação neste convênio acontece porque a Samsung tem convênios técnicos com o  
22 IFGW, um deles, por exemplo, é o convênio de capacitação tecnológica e oferecimento de  
23 cursos de diversos níveis no Espaço Ocean, do qual agora a Unicamp participa, além da USP e  
24 da UEA – Universidade Estadual do Amazonas. Então, teve contato da área comercial da  
25 Samsung oferecendo essa possibilidade de proposta de convênio comercial, propondo-se a  
26 oferecer produtos da Samsung, principalmente *tablets*, celulares e computadores, tendo em  
27 vista justamente as atividades *on-line* que a Unicamp executa neste momento. Durante a  
28 pandemia, até em uma possibilidade de melhorar a inclusão digital dos alunos, funcionários e  
29 docentes da Unicamp, com preços facilitados, com descontos significativos e também  
30 oportunidade de acesso a lançamentos, ou seja, a comunidade da Unicamp teria acesso a  
31 lançamentos antes do mercado comum da Samsung. Então essa foi a oferta que a Samsung fez.  
32 Como se tratava de um assunto de interesse da Universidade, encaminhou para o Gabinete, isso  
33 foi então tratado pelo professor Gontijo, por isso o professor Gontijo é o executor principal, e  
34 ele ficou como executor substituto ajudando na negociação e na elaboração do documento.  
35 Então, de fato, as vantagens são essas, equipamentos de inclusão digital com desconto  
36 significativo para toda a comunidade da Unicamp e pré-lançamentos, ou seja, acesso a produtos  
37 de que o mercado ainda não dispõe, então a Unicamp teria acesso privilegiado a esses  
38 lançamentos. A plataforma é uma plataforma da própria Samsung, mas o acesso é garantido  
39 através de uma plataforma da Universidade. Os descontos seriam negociados caso a caso,  
40 porque vai depender do tipo de produto oferecido, das condições em questão, e esse tipo de

1 discussão comercial, que não é unilateral, é sempre uma decisão conjunta, então a Unicamp  
2 pode não concordar com o desconto e simplesmente não fazer o lançamento daquele produto.  
3 A Unicamp só vai fazer o lançamento se realmente achar que há uma vantagem clara para a  
4 Universidade, e aí entra então a capacidade da Unicamp negociar a sua importância caso a caso  
5 em cada produto. Logo depois da implementação desse projeto, a gestão da Unicamp mudou, e  
6 imediatamente encaminhou toda discussão, com autorização do professor Gontijo, à professora  
7 Adriana Ferreira, que é a atual chefe de gabinete adjunta, e a colocou em contato com a  
8 Samsung para que isso pudesse continuar como um projeto da Universidade. Não tem dúvida  
9 de que ele pode trazer benefícios para toda a comunidade da Unicamp, tendo acesso a produtos  
10 de pré-lançamentos com preços mais acessíveis e produtos de qualidade. A Professora  
11 ADRIANA NUNES FERREIRA diz que teve hoje uma reunião com o pessoal da Samsung, da  
12 qual participou a pessoa responsável pelas campanhas de lançamento de produtos, e do lado de  
13 cá estava a secretária adjunta da SEC, Secretaria de Comunicação da Unicamp. Perguntaram  
14 um pouco mais sobre essas vantagens, e a resposta foi que, em média, os descontos são de 40%  
15 a 45% em relação ao preço que está na loja oficial da Samsung. Não haverá nada no portal da  
16 Unicamp relativo à Samsung; o que terão é um acesso a um portal especial da Samsung via *e-*  
17 *mails* com domínio Unicamp, e então a Samsung abre o portal com essas ofertas especiais, de  
18 40% a 45% de desconto com relação ao preço da loja oficial, e também compras em 12 vezes  
19 sem juros, mantendo o preço à vista. O preço à vista tem mais 10% de desconto, além dos 40%,  
20 e perguntaram se poderiam manter esse desconto com parcelamento. Eles responderam que  
21 sim, que podem manter, então são 12 vezes sem juros com o preço à vista, o vai ficar um  
22 desconto de 50%, 55%, é enorme. Há uma limitação de compra por CPF de até 10 produtos,  
23 mas essa limitação zera depois de seis meses. Também perguntaram se caso a Unicamp quisesse  
24 adquirir, por exemplo, um lote para disponibilizar gratuitamente para os alunos, se teria como  
25 fazer essa compra, pelo CNPJ, em uma quantidade um pouco maior, e eles responderam que  
26 sim, que é só justificar. Então a Universidade também tem essa possibilidade de fazer compra,  
27 por exemplo, de *tablets*, a um preço muito vantajoso, para disponibilização para os alunos do  
28 programa de inclusão digital. Verificaram o portal e só havia fotos e pessoas brancas e jovens,  
29 e já chamaram a atenção de que isso não vai ser aceito pela Universidade. Cada aspecto desse  
30 convênio será validado pela Unicamp, porque não querem um portal que não reflita a  
31 comunidade. A Conselheira AMANDA CARVALHO MAIA pergunta se existe a possibilidade  
32 de essa quantificação do desconto constar no documento. A Professora ADRIANA NUNES  
33 FERREIRA diz que já foi dado o *ad referendum* em 03 de março, mas podem fazer um aditivo  
34 ao contrato em que estabeleçam as regras de divulgação e especificamente essas quantificações.  
35 A empresa está muito aberta às sugestões da Universidade. O MAGNÍFICO REITOR observa  
36 que seria bom pensar com mais detalhe nisso, não vê impossibilidade, mas pelo que entendeu  
37 da apresentação do professor Pascoal, é uma coisa que tem bastante flexibilidade. Essa  
38 flexibilidade às vezes interessa, porque podem abarcar mais pessoas a serem contempladas. Se  
39 restringirem hoje, às vezes podem perder chances de aproveitar oportunidades. O Conselheiro  
40 PASCOAL JOSÉ GIGLIO PAGLIUSO diz que não vê impedimento em ter um termo aditivo,

1 acha que isso é muito comum nos convênios, e acha que a Samsung está aberta a isso também.  
2 Mas concorda com a observação do senhor Reitor de que às vezes amarrar demais os termos é  
3 prejudicial para os dois lados, a flexibilidade na negociação pode ser importante. Acha que o  
4 que deve ser destacado é que precisa ser sempre bilateral, a Unicamp e a Samsung têm de estar  
5 em acordo em relação aos termos. O MAGNÍFICO REITOR diz que o ideal seria fixar um  
6 número mínimo de coisas e um valor máximo de desconto. Se pudessem ter teto em um e piso  
7 no outro, seria o ideal. Precisam explorar se há alguma oportunidade de fazer isso, e é um  
8 aditivo que talvez interessasse. Solicita ao professor Pascoal que verifique se há oportunidade  
9 de fazer um aditivo que balize um pouco. O Conselheiro PASCOAL JOSÉ GIGLIO  
10 PAGLIUSO diz que está à disposição para ajudar, mas é um assunto de interesse do Gabinete.  
11 O MAGNÍFICO REITOR diz que, sem dúvida, a professora Adriana vai conduzir. Ela tem um  
12 carinho especial pelos estudantes, então ela vai ajudar nisso. Não havendo mais observações,  
13 submete à votação a matéria, que é aprovada com 23 votos favoráveis e 03 abstenções. Nada  
14 mais havendo a tratar na Ordem do Dia, coloca para ciência o Expediente dos seguintes  
15 assuntos: I - A – Designação de Gratificações de Representação Docente, nos termos da  
16 Deliberação Consu-A-22/17 – 01) Proc. nº 01-D-11166/2021, de Adriana Nunes Ferreira – GR  
17 – Chefe de Gabinete Adjunto. 02) Proc. nº 01-D-12473/2021, de Edwiges Maria Morato –  
18 Editora – Coordenador de Editora. 03) Proc. nº 22-D-10432/2021, de Marcio Antonio Cataia –  
19 IG – Diretor de Unidade Universitária. 04) Proc. nº 01-D-11668/202, de Milena Pavan Serafin  
20 – FCA – Diretor Associado de Unidade Universitária. 05) Proc. nº 01-D-11079/2021, de  
21 Osvaldir Pereira Taranto – Deri – Diretor Executivo de Relações Internacionais. 06) Proc. nº  
22 01-D-11166/2021, de Paulo Cesar Montagner – GR – Chefe de Gabinete. 07) Proc. nº 01-D-  
23 11491/2021, de Silvia Maria Santiago – DEDH – Diretor Executivo de Direitos Humanos. 08)  
24 Proc. nº 01-D-11167/2021, de Zigomar Menezes de Souza – DEA – Diretor Executivo de  
25 Administração. Em seguida, passa a palavra aos inscritos no Expediente. O Conselheiro  
26 MÁRCIO ALBERTO TORSONI parabeniza pelo convênio com a Samsung, porque  
27 recentemente houve uma inquietação com relação aos equipamentos para uso tanto de alunos,  
28 como dos funcionários e docentes, ou aperfeiçoar os equipamentos que estão em sala de aulas  
29 para ministrar aula. Mandaram um ofício para o GGBS, se era possível ele participar disso,  
30 então se sente bastante contemplado com a possibilidade desse convênio. Outra questão é que  
31 no último Consu foi comentado sobre a regra para acesso a documentação, seguindo a LGPD,  
32 que somente teriam acesso com as senhas SiSe. A dúvida que ficaram foi se essa senha vai ser  
33 só para os membros do Consu ou todos que tiverem senha SiSe na Universidade vão ter acesso  
34 a documentação. Porque se não for todo mundo, por exemplo, a ATU da unidade, para ela  
35 buscar algum documento que precisa para discutir antes da reunião, seria ele que teria de  
36 fornecer esse documento. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE DINIZ diz que a Feec teve  
37 destaque no Prêmio Inventores, da Inova, na área de transferência de tecnologia para as  
38 empresas, por ter docentes envolvidos em 37 dos 48 contratos de licenciamento de tecnologia  
39 realizados em 2020. Informa também que 35 desses contratos se referem à licença do *software*  
40 GETS - Gerenciamento de Tecnologia para Saúde, que foi coordenado pelo professor José

1 Wilson Magalhães Bassani, com forte interação com o Centro de Engenharia Biomédica; os  
2 outros dois contratos envolvem o professor José Antenor Pomilio e o professor Christian  
3 Rothenberg, e vale salientar também que a Faculdade de Engenharia Elétrica e Computação já  
4 ganhou esse prêmio por duas vezes nos anos de 2018 e 2019, portanto, é tricampeã. O  
5 MAGNÍFICO REITOR parabeniza o professor Diniz e a Feec. O Conselheiro LÉO PINI  
6 MAGALHÃES diz que existem estudos, mas pergunta se já foram implantadas medidas para  
7 “desafogar” a DAC em momentos de matrícula, ou seja, de ingresso de novos alunos,  
8 espalhando essa manipulação pelas unidades. Na Feec, por exemplo, isso exigiria talvez a  
9 contratação de algum funcionário, para um trabalho que vai ser pontual. Isso foi discutido no  
10 departamento ao qual pertence, o coordenador do curso de Engenharia da Computação está lá  
11 e há outros professores bastante envolvidos também nessa questão. Traz uma sugestão, que  
12 pede que seja analisada, de que no período de ingresso de novos alunos seja feito um mutirão,  
13 como já aconteceu em outras ocasiões. Esse mutirão contaria com a participação de  
14 funcionários e coordenadores das unidades, se fosse o caso, precedida por algum tipo de  
15 treinamento – não para os coordenadores, que são do dia a dia, mas para os funcionários que  
16 não estão necessariamente envolvidos nesse tipo de atividade. O Conselheiro MATHEUS DA  
17 SILVA MARCHETTI MARTINS diz que na última reunião do Consu o professor Sarti  
18 comentou alguma possibilidade de utilizarem uma sobra de um recurso deste ano para colocar  
19 nas carreiras, e o professor Antonio falou sobre a possibilidade de já iniciarem o processo de  
20 carreira este ano, e solicita esclarecimento para poderem entender como fariam isso se  
21 aprovarem no orçamento um recurso destinado para a carreira nesse ano, sendo que ano passado  
22 não foi alocado recurso. Outro ponto é que recebeu a informação, complementando um pouco  
23 da primeira fala do doutor Antonio no começo da reunião, que possuem 18 leitos de enfermaria  
24 hoje que estão parados sem ser utilizados, e a informação que chegou aqui é que está com falta  
25 de servidores para poderem atuar com esses leitos. Dada a situação em que se encontram agora,  
26 pergunta o que a Reitoria tem pensado e como vai lidar com isso, haja vista que a terceira onda  
27 já chegou, como doutor Antonio falou, e têm visto o número de internações subirem. Falando  
28 também de Covid, a professora Maria Luiza comentou na última reunião do Consu que ela  
29 estava para apresentar o plano de retomada das atividades presenciais, no dia seguinte em uma  
30 reunião com o comitê, e pergunta se esse plano já está desenhado, se isso pode ser exposto para  
31 poder começar a pensar como farão com isso. Também pergunta se há alguma informação da  
32 Universidade se quando for fazer a vacinação dos docentes, vão vacinar também todo o corpo  
33 técnico da Universidade, já que isso acontece nas escolas, então não vacinam só os professores,  
34 mas o cozinheiro, o pessoal da limpeza, todos, se isso também deve acontecer na Universidade.  
35 E uma última questão é que na CAD de 02 de março trouxe uma fala sobre trabalho remoto, e  
36 a professora Teresa respondeu que tinha um grupo técnico estudando a questão, inclusive já  
37 havia passado isso pela PG. Pergunta se isso foi retomado com essa Reitoria; se foi, se há algum  
38 prazo para que tenham alguma resposta, se não, se vão retomar isso em algum momento. A  
39 Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que participa da última reunião da CAD desse  
40 biênio como representante docente, dia 20 de junho assume uma nova representação.

1 Permanece candidata, mas agradece o convívio e a cordialidade durante esses dois anos em que  
2 pôde exercer a representação docente, e procurou fazê-lo sempre visando à questão institucional  
3 e sempre em direção aos objetivos primordiais da Universidade, para torná-la uma universidade  
4 muito mais forte do ponto de vista institucional, na sua função social mais ampla, e também  
5 zelar pelos processos transparentes e impessoais. O MAGNÍFICO REITOR agradece a todos  
6 os membros da bancada docente da CAD, infelizmente se esqueceu de fazer isso na Cepe de  
7 hoje, então também faz esse agradecimento à bancada docente do Consu, da Cepe e da CAD  
8 pela contribuição nesse biênio, esperando que alguns retomem as suas atividades, lembrando  
9 que estão hoje e amanhã no processo de escolha e eleição exatamente da nova bancada.  
10 Agradece à professora Marisa pela contribuição e a todos os membros da bancada da CAD,  
11 Cepe e Consu como um todo. Passa a palavra ao professor Antonio, superintendente do HC. O  
12 Conselheiro ANTONIO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO diz, em relação à dúvida do  
13 conselheiro Matheus, que muitas pessoas pediram demissão. Para terem uma ideia, foram  
14 contratadas 14 fisioterapeutas, de emergência, para atuar em todas as áreas do hospital, em  
15 razão de pedidos de demissão, porque o mercado está aquecido. A mesma coisa para  
16 enfermagem e médicos. O pessoal chega aqui, não faz ideia do que é trabalhar em uma  
17 enfermaria Covid, a complexidade com que chegam os pacientes aqui. Então, muitas pessoas  
18 da enfermagem ficam um dia e vão embora. Foi também criada a lei que obriga o afastamento  
19 das gestantes, e do dia para a noite tiveram de afastar 19 pessoas. Estão cobrindo algumas coisas  
20 com horas extras, estavam em um momento da pandemia com queda de casos, a curva caiu,  
21 então estavam com 36 leitos fechados. O PS estava tranquilo, não havia paciente intubado,  
22 estava internando, estava rodando, com picos dependendo dos casos não Covid. Quando  
23 começou a subir a curva, semana passada, na sexta-feira, já abriram esses 36 leitos com  
24 remanejamento interno. Então, hoje, estão com 72 leitos de enfermaria para atendimento de  
25 Covid e o restante dos leitos do hospital, mais ou menos 230, incluindo pediatria e tudo o mais,  
26 estão ocupados por não Covid. Na pediatria há alguns leitos Covid também, porque de criança,  
27 apesar de estar mais alto o contágio, tem menos casos. Para cobrir essa abertura dos leitos, que  
28 é uma demanda da sociedade e da Secretaria de Saúde, fizeram reunião com a professora Maria  
29 Luiza, estão tendo de pagar hora extra, e chamando pessoas com contratação emergencial para  
30 um período de seis meses. Estão com contratos vencendo, dos emergenciais contratados  
31 anteriormente, agora em junho, e a maioria não quer renovar, é impressionante essa falta de  
32 pessoal para trabalhar. Faz parte de um grupo de superintendentes de outros hospitais  
33 universitários, o HC da USP de São Paulo, de Ribeirão Preto, e Botucatu, e do HC de Marília,  
34 que é uma autarquia do estado, e todos estão vivendo a mesma situação de escassez e  
35 dificuldades de manter os leitos. A Covid exige toda uma regra de paramentação e todo um  
36 ritual para não se contaminar na hora de desparamentar, então é preciso deixar um lugar  
37 separado, com todos os rituais, e precisam ter, por lei, as salas de descompressão, que é para  
38 descanso da equipe de enfermagem. Fizeram cinco salas já, quatro mais uma que estão  
39 construindo, mas agora estão usando uma parte de uma enfermaria para fazer a troca, para atuar  
40 nesses 72 leitos, no sexto andar, e descanso desse pessoal que atua nessas áreas. Não podem

1 colocar no terceiro andar, que é onde ocorre o descanso de todos os plantonistas, de todo o resto  
2 da equipe, e nas outras áreas de descanso. Então hoje, em termos de leito de enfermaria, estão  
3 com essa disposição, buscando, lógico, atender acertos internos em termos de fluxo, que é  
4 paciente que é suspeito, com paciente positivo, para poder juntar dois no mesmo quarto e não  
5 deixar isolado, quando é possível, para atender o máximo possível. Então, tem sido uma coisa  
6 difícil, e já fizeram reunião com o professor Oswaldo Grassiotto, com a professora Maria Luiza,  
7 com o senhor Reitor também, solicitando esse apoio para contratar. Mas o mercado está difícil.  
8 O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos pró-reitores. O Professor IVAN FELIZARDO  
9 CONTRERA TORO diz que na reunião da Cepe de hoje pela manhã comentou que a data do  
10 vestibular precisaria ser alterada porque o Enem foi marcado para o mesmo dia, que era dia 21  
11 de novembro. Informa que o vestibular da Unicamp vai ser dia 07 de novembro, vão antecipar  
12 dois finais de semana. A segunda fase está mantida na mesma data, o início das aulas também,  
13 e o restante não vai ter nenhuma repercussão. O Professor JOÃO MARCOS TRAVASSOS  
14 ROMANO cumprimenta o professor Diniz, diretor da Feec, por ser tricampeã na premiação  
15 citada. A Faculdade de Engenharia Elétrica e Computação vai se consolidando como uma  
16 grande comunidade, já faz muita transferência de tecnologia e isso é muito bom para a pesquisa  
17 e para as demais atividades também. Informa que houve na última quinta-feira o lançamento  
18 dos projetos de Ciência para o Desenvolvimento, projetos de grande porte e uma oportunidade  
19 muito interessante para todas as unidades. Consta na página da PRP um *link* sobre o evento e  
20 sobre prazos, sobre o edital e tudo o mais. Também informa que o edital voltado para as  
21 Ciências Sociais e Humanidades, que tem como tema os efeitos sociais da pandemia da Covid,  
22 tem o prazo final de submissão de 12 de julho, mas a consulta de elegibilidade da equipe que  
23 queira se candidatar é até 14 de junho. Sobretudo aos colegas da Área de Ciências Sociais e  
24 Humanidades, ressalta essa boa oportunidade junto à Fapesp; também estão na página da PRP  
25 os dados sobre essa oportunidade. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS  
26 COELHO informa que estão fazendo uma retificação da data de lançamento do edital de  
27 extensão; ele seria lançado agora no último dia 31 de maio, mas, por conta de algumas  
28 necessidades de ajuste, as datas tiveram de ser postergadas para o mês de junho e esse edital  
29 vai ser lançado agora na segunda quinzena do mês de junho. Já foi acertado com os  
30 coordenadores de extensão que uma parte do edital vai ser para atender algumas demandas de  
31 Covid, e uma parte seria realmente os projetos normais de extensão. Foi feito um comentário,  
32 pelo professor Ruffino, a respeito de alguns coordenadores de extensão que estão sem GR, e  
33 informa que estão observando isso, já pediram inclusive para fazer um levantamento, e um dos  
34 levantamentos mostrou que houve um problema de que a unidade pediu na certificação a GR e  
35 foi negada. Então, estão olhando novamente todos esses processos e esperando terminar o  
36 levantamento para tentar um encaminhamento para essa situação. O Conselheiro FERNANDO  
37 SARTI diz que estão sendo realizados dois GTs para progressão tanto docente quanto dos  
38 servidores, agradece à equipe e pede desculpas porque haviam combinado reuniões para o  
39 começo da semana, mas por conta das atividades não foi possível, inclusive amanhã preside a  
40 Cidd, mas certamente amanhã à tarde entrará em contato com todos os membros. Chegou a

1 informação de que o professor Pascoal terminou já a simulação para o IFGW, que será utilizado  
2 como modelo, destacando também todo esforço que ele fez na presidência do GT anterior. Em  
3 relação ao GT dos docentes, que é um grupo um pouco maior, compromete-se a agilizar a  
4 dinâmica, agilizar o GT, até porque possuem 45 dias corridos para apresentar resultados e já  
5 passou uma semana. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI diz que dará alguns informes.  
6 O primeiro é sobre a realização da Universidade Portas Abertas, já agradecendo às unidades  
7 pela participação na organização desse evento, que este ano será totalmente remoto, tendo como  
8 plataforma o YouTube para serem ministradas atividades. No ano passado, devido à pandemia,  
9 não houve a Universidade Portas Abertas, que é uma atividade muito esperada pelos alunos das  
10 escolas secundárias, para conhecimento da Universidade, das diferentes áreas, é uma atividade  
11 de comunicação com a sociedade muito importante, principalmente para os alunos das escolas  
12 públicas que têm a oportunidade de conhecer melhor a Universidade. Então, solicita que  
13 reservem a data do dia 20 a 23 de julho. O outro informe é sobre a questão da GR sobre Covid.  
14 Após sua conversa com os diretores, eles lhe enviaram todas as sugestões, que foram, na sua  
15 maioria, incorporadas, então as unidades conhecem já, e muitos comitês de crise que discutiram  
16 o assunto, portanto fica uma GR que já tem o conhecimento das unidades, antes de ela ser  
17 completamente publicada. Alguns itens que foram colocados são particulares de algumas  
18 unidades, esses itens serão discutidos separadamente, não podem colocar em conjunto com toda  
19 a Universidade. Existem particularidades, situações diferentes para serem enfrentadas, que  
20 podem impactar inclusive na formação dos alunos. Farão ainda a última revisão dessa GR na  
21 próxima terça-feira, por todo o comitê de contingenciamento, lembrando que não houve  
22 mudança no Plano São Paulo da fase que estão vivendo, de transição entre a fase emergencial  
23 e a fase laranja. Estão na mesma fase, apontando para o aumento de casos, mesmo de casos  
24 internados; acompanham diariamente o boletim do Hospital de Clínicas, do Caism, e também  
25 do estado e do Brasil. Então há uma leve tendência a um aumento. Neste momento, houve uma  
26 subida do número de casos, então ainda está valendo o que está determinado, as mudanças virão  
27 a partir da semana que vem. O MAGNÍFICO REITOR, respondendo à questão sobre a senha  
28 SiSe, levantada pelo professor Márcio Torsoni, diz que o acesso à documentação na página da  
29 Secretaria Geral será permitido somente aos membros do Consu. Esse acesso não é às decisões  
30 e às atas, mas aos documentos que instruem as reuniões e que podem ter coisas que não seriam  
31 adequadas de serem acessadas publicamente. Isso com certeza vai gerar alguma dificuldade e  
32 precisará haver uma opção específica de cada diretor e membro do Consu de como tratar essa  
33 questão, mas, em princípio, só os membros do Conselho Universitário terão acesso.  
34 Cumprimenta a Feec e o professor Diniz pelo sucesso nos Prêmios Inventores da Unicamp, uma  
35 atividade bastante importante da Inova; querem manter esse incentivo à atividade inventiva, em  
36 todas as suas vertentes. O professor Léo Pini levantou uma sugestão, sobre a qual solicita ao  
37 professor Ivan que pensasse; acha que devem considerar essa ideia de em ocasiões específicas  
38 utilizarem espécies de forças-tarefas para resolver problemas, dada alguma dificuldade que  
39 possuem de reposição de vagas. Em alguns momentos em particular, no caso da Diretoria  
40 Acadêmica, com certeza nos períodos de matrícula há um excesso de trabalho que poderia ser,

1 de alguma forma, aliviado se tivessem a possibilidade de criar grupos que auxiliassem.  
2 Considera que essa é uma sugestão muito bem-vinda. Em relação às questões que o conselheiro  
3 Matheus levantou, sobre questão do trabalho remoto, a informação que obtiveram é que não  
4 houve um GT, houve uma minuta elaborada pela PG, e que terão de analisar e ver como  
5 encaminhar. Acha que é uma questão importante, que têm a intenção de tratar, mas em grande  
6 parte as atividades deverão continuar remotas no futuro próximo, as atividades de ensino etc.,  
7 portanto não é uma coisa tão premente no curto prazo. Estão preferindo dar atenção maior à  
8 questão das promoções; o professor Fernando já informou que essa questão da carreira, o  
9 objetivo, do ponto de vista da implementação, é para o ano que vem, considerando que a lei  
10 complementar 173 os impede de fazer isso este ano, mas não impede de iniciar os processos de  
11 promoção. Para iniciar os processos de promoção, não precisam necessariamente da  
12 disponibilidade dos recursos, para implementá-los precisam, e isso significa que o orçamento  
13 para o ano que vem tem de levar em consideração todos esses processos de promoção. Pelo  
14 conhecimento que lhes foi dado por pessoas que participaram no GT anterior da promoção de  
15 funcionários, três estão nesse GT novo, que é composto só por cinco pessoas, ele sofisticou  
16 bastante o processo de encaminhamento da progressão, treinamento das equipes, a divulgação  
17 de critérios, então não é algo que dá para implantar rapidamente. Para viabilizar essa promoção,  
18 precisam encaminhar isso rapidamente para poder fazer, no segundo semestre, o  
19 encaminhamento do processo de promoção de forma que a implementação comece rapidamente  
20 em 2022. É essa a intenção. Então, isso não estaria impedido pela falta de alocação dos recursos,  
21 podem começar. Uma vez aprovadas as decisões, podem começar o processo de avaliação das  
22 progressões ainda este ano, embora a implementação só se dê no ano que vem. A insistência  
23 em que seja rápida a decisão é porque o próprio GT anterior de funcionários criou mecanismos  
24 mais sofisticados para fazer o processo de progressão, e precisam envolver a DGRH, a Educorp  
25 na educação dessas equipes, no treinamento, encaminhar o início desses processos de  
26 progressão, mas eles só seriam finalizados, do ponto de vista da implementação, em 2022. Então  
27 a intenção não é segurar nada, mas é trabalhar com esse espaço do segundo semestre para que  
28 desencadeiem os processos de progressão para que haja implementação logo no início de 2022;  
29 é a mesma coisa que estão pensando para a progressão docente. Uma novidade é que a partir da  
30 discussão no Consu montaram um grupo, primeiro menor, depois houve aquela observação feita  
31 no Consu anterior, de que não estavam montando um grupo para as carreiras especiais, então  
32 montaram. Essa montagem teve também alguma observação crítica que sugeriu que  
33 ampliassem, portanto a solução foi ter um grupo que envolve praticamente todas as carreiras  
34 especiais e a carreira de pesquisador. Esse GT não será presidido pelo professor Fernando Sarti  
35 porque ele já está presidindo dois, então colocaram na presidência o professor João Romano,  
36 colocaram o professor Augusto Silveira, que está na Diretoria Executiva de Ensino Pré-  
37 Universitário; o professor Edson dos Santos, do Cotuca, que pertence à carreira do Magistério  
38 Secundário Técnico; a professora Maria Vivacqua, do CEL, que é uma das Carreiras Especiais,  
39 Docentes em Ensino de Línguas; do Coutil participa o professor André de Almeida; da FT,  
40 pertencente à Carreira do Magistério Tecnológico Superior, participa o professor André De

1 Angellis; do IA, que tem também o Magistério Artístico, o professor Rodrigo Castro; e da  
2 Carreira PQ, colocaram uma pesquisadora do Cepagri, Priscila Coltri. Então esse é o GT que  
3 envolve carreiras especiais e pesquisadores. Complementando algumas informações dadas pelo  
4 professor Romano, informa que na semana passada esteve junto com ele no lançamento, no  
5 Palácio dos Bandeirantes, do novo edital da Fapesp, no valor de R\$580 milhões em recursos  
6 para grandes projetos de pesquisa; isso consta nas páginas da Fapesp e da PRP. Recebeu a  
7 informação de que a Fapesp teve, nesse período de pandemia, uma demanda menor por projetos  
8 de pesquisa, então é uma boa oportunidade para ampliar a demanda junto à Fapesp para ter mais  
9 possibilidades de financiar pesquisas. Informa também que houve uma retomada, pelo governo  
10 do estado, do Conselho de Ciência e Tecnologia, um órgão do Estado de São Paulo que procura  
11 orientar os investimentos em Ciência e Tecnologia. Esse conselho definiu três áreas mais  
12 importantes: área de saúde, associada a vacinas, biofármacos, imunotativos; área de economia  
13 verde e área de transição digital. Nesse conselho participam os reitores das três universidades,  
14 a diretora do Centro Paula Souza, o diretor do Instituto Butantã, além de empresários vinculados  
15 à questão da ciência e tecnologia no Estado de São Paulo, e nessa área de economia verde a  
16 Unicamp entrou com acesso direto para discutir iniciativas do governo do estado na área de  
17 bioeconomia em geral. Também linhas de pesquisa nesse sentido estão contempladas nesses  
18 R\$580 milhões de recursos que a Fapesp está colocando. Nada mais havendo a tratar, o  
19 MAGNÍFICO REITOR declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha  
20 Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques que a digitasse para  
21 ser submetida à aprovação da Câmara de Administração. Campinas, 1º de junho de 2021.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 368ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO, realizada em 06 de julho de 2021, sem alterações.*